autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 24 DE NOVEMBRO DE 2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas. Na qualidade presidente da Comissão de Finanças de Orçamento, declaro aberta a 35ª audiência pública da Comissão do ano de 2021 e 2ª audiência pública geral dos projetos.

Esta audiência pública visa a apreciar o PL 669/2021, do Executivo, que estima a receita e fixa as despesas do município de São Paulo para exercício de 22 – LOA; e o PL 676/2021, do Executivo, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022-2025 – PPA. O tema da presente audiência pública será: Secretaria Municipal da Fazenda e Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCM.

Informo que esta audiência ocorre de forma presencial e virtual e é transmitida ao vivo pelo endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online e também pelo Youtube e pelo Facebook da Câmara Municipal de São Paulo. Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 21-10-2021; foi publicada no jornais: *Agora*, em 22-10-2021 e *Folha de S.Paulo* nos dias 23-10-2021, 25-10-2021 e 8-11-2021.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 22-10-2021, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual e também, neste momento, presencialmente, junto à secretaria da Comissão. As demandas podem ser entregues na secretaria da Comissão; pode-se encaminhar a manifestação por escrito através do formulário disponível em www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2022-participe-PPA-orcamento2022 ou pelo *e-mail* financas@saopaulo.sp.leg.br.

Informo também que todas as audiências públicas realizadas por esta Comissão poderão ser acompanhadas pelos canais digitais ou presencialmente nos locais previamente agendados e divulgados, onde o acesso do público em geral à Câmara Municipal de São Paulo será permitido mediante uso obrigatório de máscaras, aferição obrigatória de temperatura e, segundo o cronograma vacinal municipal, a apresentação do comprovante de vacinação ou relatório médico que justifique óbice à imunização, conforme artigo 2º do Ato 1.504 de 2/05/2021, alterado pelo Ato 1.523, de 20/10/2021.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs.: Guilherme Bueno de Camargo, Secretário Municipal da Fazenda, que, devido a compromissos anteriores, se faz representar pela Sra. Claudia Bice Romano, Chefe da Assessoria Econômica da Fazenda; pelo Sr. Fabiano de Oliveira Martins, Subsecretário de Planejamento e Orçamento – SUPOM; e pelo Sr. Samuel Ralize de Godoy, os quais participarão virtualmente; João Antônio da Silva Filho, Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCM, que se faz representar pelo Sr. Marco Thulyo Tavares, Agente de Fiscalização da Subsecretaria de Fiscalização e Controle; Ligia Vasconcelos, Doutora em Economia e Pesquisadora Associada ao Insper Metricis - Núcleo para Medição de Impacto Socioambiental; os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e a sociedade em geral.

Registro a presença virtual dos Vereadores Isac Felix e Janaína Lima.

Faço uma observação, Dra. Lígia. Muito bem-vinda. Foi a Vereadora Janaína que pediu que a convidasse e pediu também que a exposição dela ficasse para o final. A Vereadora Janaína me ouve?

A SRA. JANAÍNA LIMA – Perfeitamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A Dra. Lígia fará juntamente contigo? Porque nada impede de fazermos juntos no início a apresentação que V.Exa. pediu na condição de relatora do PPA.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Presidente, eu gostaria de ouvir todas as pessoas nesta audiência, até para fazer depois o relatório final; julgo importante ser ao final, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos começar então pela Secretaria Municipal da Fazenda, que é o carro-chefe? (Pausa) Peço licença aos nobres colegas da Secretaria da Fazenda para que possamos ouvir a Dra. Lígia Vasconcelos, do Núcleo para Medição de Impacto Socioambiental, que generosamente veio contribuir para esta audiência pública. Consulto os nobres colegas. (Pausa) Obrigado.

Dra. Ligia, muito obrigado pela presença, por contribuir com este debate final, derradeiro do Orçamento. Tem a palavra, Sra. Lígia.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

A SRA. LIGIA VASCONCELOS - Bom dia a todos. Começo agradecendo o convite, em especial à Vereadora Janaína Lima pelo convite para que eu falasse um pouco sobre avaliação e monitoramento. Já me desculpo antecipadamente, pois terei que sair até as 11 horas. Eu trouxe uma apresentação; é possível passá-la?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim. Está tudo aqui organizadíssimo. Vai aparecer na tela, doutora. O Fernando está aqui dando suporte. Registro a presença do nobre Vereador Sidney Cruz.

- Oradora passa a se referir a imagens na tela de projeção.

A SRA. LIGIA VASCONCELOS – Eu trouxe uma apresentação, e minha fala será curta, mas trago alguns aspectos que considero importantes sobre a questão de monitoramento e avaliação.

É interessante gente pensarmos a avaliação de projetos, programas, políticas públicas a partir de uma teoria da mudança, que nada mais é do que uma organização das hipóteses e premissas que estão por trás dessas ações e dos impactos sociais que essas ações pretendem gerar. Não vou ler a frase está aqui, mas é uma definição falando isto: a teoria da mudança traz, de forma organizada, uma narrativa para as ideias e hipóteses que suportam, que explicam por que um projeto é necessário e o que ele pretende alcançar.

De uma forma mais esquemática, tentamos pensar nos fluxos causais. Então eu vou realizar atividades, eu vou fazer programas. Esses programas, de um lado, se se olhar esse fluxo à esquerda, vão exigir recursos humanos, físicos e financeiros. Então, eu tenho que pensar em qual é o orçamento e qual é o custo para a realização dessas atividades. E a partir daí, essas atividades vão gerar os seus resultados. E, nessa linguagem de teoria da mudança, o primeiro resultado a gente chama de produtos. Então, se eu pensar, por exemplo, em educação, eu posso construir uma escola. Então, meu primeiro produto é a escola construída e à disposição da comunidade. E os resultados são consequência disso. Então, o que eu espero com a construção da escola? Espero que as crianças e os jovens vão à escola, vão aprender e vão ter resultados em suas vidas a partir desse resultado educacional. Aí, a gente chega a um resultado mais de

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

longo prazo, um resultado mais para a sociedade, que é essa sociedade com maior nível de escolaridade. Daria para trazer exemplos de várias áreas.

Um ponto interessante de se pensar essa lógica causal e ao longo do tempo é que, em geral, quem está executando esses projetos têm mais controle sobre o que está mais próximo. Então, quem está com o papel de construir essa escola tem mais controle sobre essa construção para que ela efetivamente aconteça e para o seu monitoramento. Mas o resultado social que interessa, que é o resultado desses jovens bem formados e continuando na escola, ele não depende só dessa construção, mas também da própria sociedade, de como as pessoas reagem a esse produto. Então, são resultados que às vezes estão mais na esfera de influência e interesse de quem construiu a escola ou de quem fez o programa, mas não com este controle.

Por outro lado, o resultado que, efetivamente importa é o resultado social, é o resultado de impacto. Então voltando na questão de como usar essa informação para monitoramento e avaliação tem de haver uma ponderação na hora de escolher o que avaliar, o que acompanhar e monitorar entre o produto - entre o que está mais na implementação e no processo de entrega desses produtos e desses programas -, mas também para os resultados sociais que se esperam lá na frente.

E, pensando um pouco além disso, nessa questão desse produto mais próximo do resultado social esperado, se a ideia, por exemplo, é no Município de São Paulo com territórios distintos, às vezes cada território pode ter uma forma de resolver um problema, e se a gente pensar numa questão mais urbana de revitalização de um território, de calçamento, de revitalização das áreas públicas, talvez cada território tenha uma forma diferente de fazer isso, mas o resultado que se pretende chegar é o mesmo. Então às vezes quando a gente quer comparar resultados pensando em urbanismo social talvez os resultados sejam mais comparáveis do que a atividade em si, pois uma atividade pode ser o melhoramento da calçada, e no outro caso pode ser um aumento da via pública, e em outro ainda pode ser a circulação de meios de transporte. Mas, talvez, todos eles busquem, dada a situação diferente de território, um mesmo resultado de revitalização urbana.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

Portanto tem uma vantagem também de pensar não só nesse resultado muito próximo à ação que foi feito, mas no que se espera desses resultados num momento posterior dessas atividades, num momento futuro.

E olhando para o lado das métricas, porque o primeiro ponto é definir quais os resultados esperados; no momento seguinte, é como eu meço esses resultados, que indicadores são os melhores para eu poder fazer esse acompanhamento ou uma avaliação de resultados.

Aqui eu trago um quadro que é um guia de avaliação de impacto do Insper Metricis que está disponível na internet. Mas são várias formas de pensar, porque que indicador é esse? Quanto que esse meu indicador é relevante - isso é óbvio né -, então quanto ele é relevante para indicar o sucesso da minha ação, mas tem uma informação de quão preciso ele é, se ele é mais objetivo, se ele é mais subjetivo, se esse indicador realmente vai capturar minha ação ou se ele é muito genérico e, talvez, ele não seja suficiente para capturar a ação que estou fazendo.

Então a análise desses indicadores é sempre importante para essa escolha, ou seja, quais indicadores são prioritários, quais que melhor representam a ação e vão conseguir capturar o resultado da ação que estou fazendo.

É lógico que tem uma relação de escolhas, muitas vezes, em relação ao custo, porque o último item aqui na coluna é a questão de custo e, muito provavelmente, o melhor indicador, ou o indicador mais preciso para um determinado programa provavelmente é um indicador que seria construído especialmente para esse programa. E aí entra um custo adicional e muitas dessas escolhas ficam nessa balança entre que dados já existem disponíveis - e que poderiam representar e medir esse meu resultado - e que outras informações seriam importantes eu construir um arcabouço, construir indicadores para esse acompanhamento.

É, aqui, pensando nessas coletas e em possibilidades de territórios, pensando que essas coletas primárias possam ser custosas - é lógico que já existem muitos dados no Município de São Paulo, o qual tem muitos indicadores, não só no nível da Cidade, mas também em nível de distritos, então para muitas informações nós temos indicadores - mas podem existir informações em nível de território que, às vezes, existem pelas equipes de secretaria, mas não

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

de uma forma padronizada. Algumas informações, sim, já são trazidas e já estão padronizadas para serem comparáveis e para serem olhadas no nível de território; outras não; e talvez seja mais eficiente buscar mais padronizações de informações que já são colhidas pelas secretarias e pelos territórios do que criar outras formas de coleta.

Da mesma forma o uso de dados administrativos acho que cada vez mais, e mais, vêm sendo usados, porém é uma forma de termos uma informação no nível mais micro, mais no nível do território e não no nível do Município.

Por outro lado, se a decisão for por uma coleta e essa coleta vai significar um custo adicional, aí pensar o que cabe nessa coleta. Eu posso, por exemplo, usar dados que são, hoje temos dados do Censo Demográfico que já está muito defasado, mas talvez eu possa incluir perguntas que eu até tenho alguma informação, mas que não é a informação mais precisa.

No caso aqui, se a gente pensa num território só, o interessante de se ter uma coleta para mais territórios é sempre ter a possibilidade de comparação. Eu sempre ter a possibilidade, por exemplo, se eu tenho uma ação específica e num determinado território que eu possa não só comparar os resultados sociais ao longo do tempo nesse território em que houve o programa ou a política, mas que talvez eu possa acompanhar em outros territórios e comparar essas evoluções ao longo do tempo.

Aqui vou trazer um exemplo, é um estudo que fizemos, que eu coordenei junto com a equipe do professor Sérgio Lazzarini, com a equipe do Insper Metricis, chamado Estudo A Lupa na Cidade, que está disponível também na internet, e ele foi pensado para criação de um painel de indicadores de monitoramento para desenvolvimento em territórios urbanos no Município de São Paulo. E nós chegamos a um agrupamento de quatro grandes dimensões, pensando em desenvolvimento e pensando em urbanismo social, que são: questões de oportunidade e qualidade de vida; convivência e governança; e infraestrutura.

Então abrindo só um pouquinho mais essa organização, dentro de oportunidades estão muitas questões de Educação, como desenvolvimento de primeira infância, de ensino médio, e também de empregabilidade; qualidade de vida muito voltada para indicadores de

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

saúde; convivência e governança que nem sempre, quando olhamos esses painéis de indicadores estão incluso, mas aqui é uma questão de empoderamento e pertencimento comunitário e participação política, além do acesso a serviços públicos e acesso a lazer e cultura; e na parte de infraestrutura no seu sentido mais estrito de condições habitacionais, espaços públicos , saneamento e transporte.

E uma preocupação nossa nesse estudo foi pensar esse objetivo social, esse resultado social último, de longo prazo, relacionado aos objetivos do desenvolvimento sustentável. Então esses quadradinhos embaixo coloridos eles fazem a relação e, praticamente, quando olhamos com esse olhar amplo para a Cidade, em todas essas dimensões, praticamente abarcamos todos os objetivos, todas as UBSs.

E um ponto relacionado ao que comentei da escolha dos indicadores, porque às vezes essa escolha não é tão óbvia entre indicadores que já existem e talvez não sejam tão específicos e indicadores que poderiam representar melhor a ação que está sendo realizada, mas que teriam um custo. Eu trago só um exemplo aqui, que eu não escrevi, mas é que no jardim La Pena, que está dentro de São Miguel Paulista, porque nesse estudo específico da Lupa da Cidade, é um painel pensado para o Município de São Paulo, mas que tivemos um olhar específico para esse território em especial.

Mas eu queria só chamar a atenção, não dos números, mas aqui dessa coluna de unidade de análise que, com os dados secundários disponíveis no momento do estudo, as informações a gente tem de níveis diferentes. Então algumas informações temos por nível censitário, mas só de 2010, porque são do Censo Demográfico; algumas informações são georreferenciadas, e aí elas são muito precisas, onde estão as escolas; outras informações são por distrito; então, aqui, é só para dizer que, às vezes, tem uma complexidade nessas escolhas e ela não é tão direta e óbvia de como é que nós escolhemos entre os indicadores existentes os que servem para o projeto e talvez a necessidade de construção de novos indicadores.

Acho que eu poderia falar muito mais do monitoramento e avaliação, mas acho que os pontos que eu queria chamar a atenção era essa questão desse processo de resultados de

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

curto, médio e longo prazos, e a importância de acompanhamento ao longo de todo esse processo; e a questão de escolha de métricas que tem esse peso na balança de como é que eu consigo metas e indicadores melhores da forma mais eficiente e menos custosa possível.

E só para finalizar, uma diferenciação um pouco entre monitoramento e avaliação, a ideia do monitoramento é realmente acompanhar, ao longo do tempo, como as coisas estão acontecendo, e avaliação, quando a gente pensa em resultado final, o que efetivamente aconteceu ou não ao que era esperado, podemos pensar em acompanhar só a população que recebeu o programa, seja no nível da Cidade, seja no nível do território. Mas as avaliações elas podem ser mais robustas.

De novo, sempre vai ter a questão de custos e de complexidade, mas a partir do momento em que se inclui um grupo de controle. Nesse espírito do qual eu falei, se há um programa, uma política específica para uma cidade ou para um território, acompanhar outros territórios, outras cidades pode trazer informações relevantes para comprovar que o que efetivamente está acontecendo foi por conta do programa. Isso pelo lado positivo e negativo, porque às vezes, pode-se estar atribuindo ao programa um resultado maior do que efetivamente aconteceu e, às vezes, pode acontecer contrário. Por exemplo, em momentos de recessão, um programa de treinamento para empregabilidade pode gerar resultados menores do que o esperado, mas não por conta do programa em si e sim por conta da recessão.

Por isso, às vezes, acompanhar outros programas pode me mostrar essa diferença; apesar de o resultado não ser o esperado, talvez seja melhor do que em situações equivalentes que não tiveram o programa.

Neste momento, eu encerro minha apresentação e fico à disposição dos senhores e senhoras.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Parabéns, Ligia ficou maravilhosa sua apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Maravilha, Janaína Lima, relatora do PPA. Obrigada por esse convite tão especial. Obrigada, Dra. Ligia. Se V.Sa. não puder ficar mais, eu peço que mande para a nossa assessoria essa exposição. Pode ser?

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

A SRA. LIGIA VASCONCELOS – Sim, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – *O.k.* V.Sa. fique à vontade aqui no tempo que puder nos acompanhar até o horário do seu compromisso. Nós agradecemos a V.Sa. a presença e a contribuição neste debate.

A SRA. LIGIA VANCONCELOS – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Representando a Secretaria Municipal da Fazenda, tem a palavra o Fabiano, Subsecretário de Planejamento e Orçamento.

O SR. FABIANO DE OLIVEIRA MARTINS – Bom dia. Cumprimento o Presidente desta Comissão, Vereador Jair Tatto; os demais Vereadores, Isac Felix, Janaína Lima, Sidney Cruz, Eduardo Suplicy, e os demais presentes.

Antes de iniciar a minha pequena apresentação sobre Projeto Orçamentário, o PPA, agradeço a Dra. Ligia pela excelente apresentação e pelo conteúdo. Peço a esta Casa que, por gentileza, assim que receber essa apresentação, a encaminhe à Secretaria da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Será encaminhada.

O SR. FABIANO DE OLIVEIRA MARTINS – Pois são informações muito importantes.

Aproveitando que esta audiência começou abordando monitoramento e indicadores, eu também vou começar a minha apresentação falando do Plano Plurianual.

Presidente, se V.Exa. me permite, eu vou passar a palavra para o Samuel, o nosso Coordenador de Planejamento, para iniciar a apresentação sobre o PPA e, em seguida, eu farei uma breve apresentação sobre a Proposta de Orçamento para 2022.

Encerrando essa minha fala inicial, transmito o abraço do Secretário, que lamentou bastante não ter podido estar presente aqui hoje em virtude de um compromisso em Brasília. Ele gostaria de estar participando, como sempre faz, pois gosta muito de debater este assunto, que é de interesse de todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Gostaria de fazer um registro. S.Exa. me telefonou para dizer que estaria acompanhando o Sr. Prefeito a Brasília. O Dr. Guilherme,

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

portanto, está perdoado, pois sempre se faz presente na medida do possível e até do impossível, e os senhores o representam muito bem.

Fabiano, quem agora fará uma exposição?

O SR. FABIANO DE OLIVEIRA MARTINS – Sr. Presidente, o Samuel Ralize de Godoy, o nosso Coordenador de Planejamento, fará uma apresentação breve agora sobre o Plano Plurianual.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Antes, porém, eu anuncio novamente a presença do Vereador Eduardo Suplicy, nosso querido Líder.

Por gentileza, Samuel.

O SR. SAMUEL RALIZE DE GODOY – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e demais participantes. Esta apresentação, que brevemente nós fizemos na primeira audiência de outubro, está bastante conectada com a apresentação da Professora Ligia, que falou agora há pouco.

Quando nós falamos de PPA, a trajetória do Planejamento Municipal no Município de São Paulo liga o planejamento de longo prazo, que visa ao Plano Diretor Estratégico - Agenda 2030, com objetivos de desenvolvimento sustentável compromissados no Município de São Paulo com o Plano Plurianual, que tem duração de quatro anos, de 2022 a 2025, com o Programa de Metas, de 2021 a 2024, e com o Plano de Ação das Subprefeituras, para esse mesmo período.

A população identifica, reporta e reivindica soluções para alguns problemas públicos, e isso se transformou num Plano de Governo, que se converteu no Programa de Metas, conforme a Lei Orgânica do Município, e agora, no ano de 2021, nós elaboramos o projeto de lei do Plano Plurianual de Ações – PPA, que está em discussão nesta Casa, visando a atingirmos alguns resultados efetivos em termos tanto de políticas públicas quanto de características da nossa realidade mensurável. O PPA a não busca aplicar vacinas, mas sim reduzir a mortalidade por doenças preveníveis por vacinas.

Os instrumentos de planejamento estão conectados desde o Plano de Governo desta gestão até a Agenda 2030. Tanto o Plano Plurianual como o Programa de Metas estão

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

organizados em seis eixos temáticos, respectivamente, e esses eixos estão desdobrados em Programas e Ações Orçamentárias, que estão expressos também em objetivos estratégicos e metas, sendo que cada uma dessas metas e cada um desses objetivos estão ligados a indicadores de resultado ou indicadores de impacto, respectivamente.

Os eixos temáticos se desdobram do ponto de vista do orçamento funcional programático em 26 funções de Governo, que estão reagrupados em 29 programas, que são as nossas carteiras de projetos e atividades, 514 Ações Orçamentárias. Uma delas diz respeito a um projeto ou a uma atividade, que, *grosso modo*, reúne nosso custeio, nosso investimento, nossos objetivos, que que vão ser desenvolvidos por meio de ações que têm começo meio e fim ou que são ações continuadas.

As Ações Orçamentárias têm resultados e entregas mensuráveis observadas em 335 indicadores. Os programas como conjuntos de Ações Orçamentárias têm objetivos e impactos; são 42 indicadores “olhando” para os programas. Ano a ano, nós vamos desdobrando o Plano Plurianual de Ações em Leis de Diretrizes Orçamentárias e em Leis Orçamentárias Anuais. Por uma idiossincrasia, do calendário do primeiro ano de gestão, a LDO precede a elaboração do PPA e da LOA. Por isso, nós já temos LDO de 2022 vigente antes da apresentação dos projetos de lei do PPA e da LOA.

Algo novo em relação aos indicadores é o seu número; são 477 no total. Brevemente eu vou falar um pouquinho mais sobre isso.

Outra novidade, além do maior número de indicadores, do trabalho intenso de integração entre as peças de planejamento de médio e longo prazo, é o Índice de Distribuição Regional do Gasto Público Municipal, uma iniciativa que foi originalmente oferecida pela pelas Organizações da Sociedade Civil, que estão sempre presentes nas audiências. A Secretaria do Governo Municipal firmou, no início do ano, uma parceria, uma cooperação com a Fundação Tide Setúbal, que já tinha elaborado longos trabalhos sobre regionalização do Orçamento Público nos municípios e nos auxiliou metodologicamente na construção desse índice, que propõe a distribuição regionalizada de recursos públicos com base em características do

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

território. São dimensões territoriais da cidade de São Paulo agrupadas em vulnerabilidade social, infraestrutura urbana e demografia.

Então, pela primeira vez, nós vamos separar uma fatia do Orçamento, que, na nossa proposta, neste projeto de lei, corresponde a, pelo menos, cinco bilhões de reais para o período de quatro anos. Esses cinco bilhões tendem a ser aplicados conforme esse índice, de maneira que não vão afetar o orçamento das Subprefeituras, ou do Programa de Metas, ou dos programas de duração continuada, ou dos projetos que já estão previstos ou em andamento. Então, nós pegamos uma parte da fatia discricionária de aplicação do Orçamento Público e propomos aplicar e destinar esses recursos no território da cidade de São Paulo com base nesse índice, que é formado, então, por três dimensões. Cada dimensão tem as suas variáveis, com os seus respectivos pesos.

Na dimensão de vulnerabilidade social, nós estamos trabalhando com: o número de famílias inscritas no Cadastro Único, ponderado por faixa de renda, em cada região de Subprefeitura; taxa de empregos formais por habitante, na área de cada Subprefeitura; e mortes por causas externas, também, na área de cada Subprefeitura.

No quesito infraestrutura urbana, nós estamos trabalhando com falta de acesso a coleta de esgoto e domicílios em favelas.

Esses dois indicadores são um pouco mais defasados. Conectando, aí, com a fala da Prof. Ligia, esses dados são um pouco mais antigos porque dizem respeito ao censo demográfico do IBGE, que não é realizado há 11 anos, mas, na dimensão de vulnerabilidade social, nós trabalhamos com informações muito mais atualizadas, que provêm da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, dos dados de emprego da RAIS e do Caged. As mortes por causas externas vêm do Datasus.

No quesito demografia, nós trabalhamos com as estimativas de população por Subprefeitura.

Isso resulta na distribuição percentual apresentada, aí, na tela. A título de exemplo, as maiores Subprefeituras, na fatia desses cinco bilhões, serão: Capela do Socorro, M'Boi Mirim

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

e Campo Limpo. As menores serão: Santo Amaro, Vila Mariana e Pinheiros. Eu reforço: isto, aqui, está falando da fatia do Orçamento que nós vamos destinar, conforme esse índice. Isso não quer dizer que a Prefeitura vai deixar de investir nas regiões em que o azul é mais claro, aí, na tela. Nós vamos separar uma fatia e, dentro dessa fatia, investir um maior número de recursos, um maior volume de recursos, naquelas regiões que têm maior vulnerabilidade e menor acesso à infraestrutura. Dessa forma, sendo uma fatia do Orçamento, nós vamos manter o nível de investimentos e de oferta de serviços públicos na cidade como um todo.

Agora, olhando mais para o documento, o projeto de lei do PPA, nós temos uma estrutura de oito anexos, além da exposição de motivos e do texto principal da lei.

O Anexo I vai nos mostrar o cenário econômico e a projeção de receitas. Nós trabalhamos com algumas variáveis observadas, ali, em julho, agosto e até setembro. Assim como no Projeto de Lei Orçamentária Anual, o cenário econômico e a projeção de receitas foram feitos em conjunto, para os dois documentos. Isso vai resultar em uma previsão de receitas apresentada em: 79 bilhões de reais, em 2022; 82, em 2023; 86, em 2024; e 90, em 2025.

No Anexo II, nós vamos mostrar o demonstrativo dos programas e ações. Então, vamos olhar para cada programa e para cada ação orçamentária que corresponde a um projeto, ou a uma atividade, ou a uma operação especial, conforme a classificação nacional, e dizer qual é o valor orçado, por ano, por programa, por ação, por órgão ou por detalhamento de ação.

Lembro que nós temos algumas formas diferentes de apresentar as informações. Vamos olhar as despesas por órgão, por função, por programa ou por ação orçamentária. São lentes diferentes ou são formas diferentes de organizar a mesma informação. Tudo isso está disponível na base de dados do PPA, que está no nosso *site* e também está no *site* da Câmara.

O PPA tem um agrupamento por programas até o nível da ação orçamentária, e não até o nível da dotação, que tem, ali, a conta, a despesa, o grupo, a categoria, a modalidade ou o elemento. Isso não há no PPA. O PPA vai até o nível do projeto, ou da atividade, ou da operação especial. Maior detalhamento entra no Projeto de Lei Orçamentária Anual. Então, vocês vão ter essas informações muito mais detalhadas, granuladas por tipo de despesa, no PLOA 2022 – aí,

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

em 2023, no PLOA 2023, e assim por diante.

Quando falamos de regionalização, temos de falar da regionalização no momento da execução orçamentária ou no momento do planejamento. Eu vou comentar isso um pouquinho, depois, também.

Então, muito, muito rapidamente: no primeiro eixo, São Paulo Justa e Inclusiva, onde nós temos os programas de habitação, de serviços de saúde, de promoção de alguns direitos, de educação, temos um total de 131 bilhões de reais nos próximos quatro anos, juntando tudo; no eixo 2, São Paulo Segura e Bem Cuidada, que vai falar de gestão de riscos e de promoção da segurança urbana, temos quatro bilhões e meio para os quatro anos; em São Paulo Ágil, que vai falar de mobilidade urbana e requalificação e promoção dos espaços públicos coletivos, temos 31 bilhões nos próximos quatro anos; no eixo 4, São Paulo Inovadora e Criativa, em que temos os programas relacionados à cultura, à nutrição e à segurança alimentar, ao crescimento econômico e à economia criativa, temos 21 bilhões nos próximos quatro anos; no eixo 5, São Paulo Global e Sustentável, que vai falar de sustentabilidade ambiental, turismo e saúde animal, temos 16 bilhões nos próximos quatro anos; e em São Paulo Eficiente, que vai falar de todos os programas relacionados ao funcionamento da máquina pública, além de falar, também, sobre o Legislativo e sobre o controle externo, temos os 145,4 bilhões – aqui estão, por exemplo, a folha de pagamentos, a Previdência, o pagamento da dívida, o serviço da dívida, e assim por diante.

No Anexo III, nós temos a relação dos indicadores. São 477 indicadores. Cada indicador tem uma ficha explicativa dizendo se esse indicador é um indicador de programa ou de ação. Tem a sua descrição. Tem o seu órgão responsável. Tem o valor-base, que é o observado de 2020. Não é o de 2021, porque 2021 não terminou, ainda. Então, nós pegamos o valor-base de 2020, que é um ano concluído. A partir deste valor-base, nós vamos transformar nossa realidade para mudar o indicador e chegar aos valores observados nos anos de 2022 até 2025. Dizemos qual é a unidade de medida e que tipo de valor está ali – se é um indicador de impacto, de resultado ou de processo, se é o valor cumulativo ou o valor observado unicamente em cada ano, qual é a tendência. Aí, comentamos um pouquinho sobre a fórmula de cálculo, sobre o que

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

está conceituado, ali, dentro do produto, do indicador.

No Anexo IV, nós temos a vinculação entre o PPA, o Programa de Metas e a Agenda 2030. Mostram-se, ali, para cada eixo do PPA e para cada programa: o objetivo estratégico e a meta do Programa de Metas; e a meta do objetivo de desenvolvimento sustentável e a meta dentro da Agenda Municipal 2030.

No Anexo V, que vai falar de regionalização das despesas, explicamos como funciona a regionalização no momento da execução. Nós temos o código do detalhamento da ação e, no momento de executar a despesa, de liquidar a despesa pública, nós vamos informar – e isso já é feito há vários anos –, para essa despesa, a região, a Subprefeitura, o distrito e a especificação daquela despesa no território. Nós temos, também, falando de regionalização, a partir deste PPA, a proposta de distribuir no mínimo cinco bilhões de reais nos próximos quatro anos, conforme o mapinha, ali, conforme o índice de distribuição regional do gasto público municipal. Então, nós temos, agora, um objetivo claro, que é distribuir conforme esse índice para uma fatia do Orçamento e, considerando todo o conjunto do Orçamento, todos os 320 e poucos bilhões de reais nos próximos quatro anos, nós vamos registrar o detalhamento da ação, de forma que todo o nosso Orçamento, no final das contas, tem de ser regionalizado.

No Anexo VI, nós temos a relação das alterações entre o quadriênio anterior e o novo quadriênio. Que alterações são essas? Mudança de nome de programa, programa que foi encerrado ou iniciado, vinculação que mudou entre programa e ação orçamentária, mudança de numeração, mudança de nome, novas ações orçamentárias ou ações orçamentárias que foram excluídas.

Lembrando, quando existe um programa encerrado ou uma ação orçamentária excluída, isso não significa que vamos deixar de fazer alguma coisa que fazíamos. Isso significa tão somente que fizemos uma limpeza na base de ações e eliminamos duplicidades, ambiguidades, na medida do que for possível, do que detectamos. Então, determinadas ações, determinadas iniciativas do Município que eram realizadas por meio de uma ação específica, passam a ser realizadas talvez por outra ação, mas a ação pública continua sendo realizada.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

No Anexo VII, com o objetivo de simplificar um pouco o conteúdo do PPA e principalmente do Anexo II, colocamos uma série de quadros adicionais simplificados, que vão mostrar mais claramente qual é o nosso volume de despesas com atividades, projetos e operações especiais por ano, qual a nossa despesa por fonte de recursos, porque temos diferentes fontes. Temos o Tesouro Municipal, transferências, operações de crédito e outras. Também mostramos qual é a despesa com atividade, projeto, operação especial, por fonte e por ano. Mostramos também qual é a despesa por órgão ou entidade, por ano, e destrinchamos o máximo que é por órgão e entidade, atividades, projetos, operação especial, por ano. Lembrando, a base de dados completa está disponível no nosso *site*, orcamento.sf.prefeitura.sp.gov.br, e também está na Câmara.

O último anexo, Anexo VIII, qual a nossa preocupação de simplificar e eliminar barreiras, ou pelo menos reduzir bastante as barreiras ao entendimento do que tratam esses projetos de lei. Fizemos um glossário, que pega os termos mais recorrentes, os termos mais fundamentais do orçamento público e colocamos em linguagem simples, qual o significado, o que queremos dizer com aquilo e como funciona. E mostramos também algumas fontes de informações complementares, para quem quiser, tiver interesse, sentir necessidade, possa encontrar mais conhecimento, encontrar mais significados, mais explicações sobre como funciona o orçamento público.

Agradeço a atenção de todas e todos. Passo a palavra para o Fabiano, que vai falar sobre o projeto de lei orçamentário anual.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Fabiano com a palavra.

O SR. FABIANO DE OLIVEIRA MARTINS – Obrigado, Vereador Jair Tatto, obrigado, Samuel, pela apresentação, vou compartilhar a minha tela e farei uma breve apresentação sobre a proposta orçamentária.

- Orador passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

O SR. FABIANO DE OLIVEIRA MARTINS – Todos enxergam a apresentação na

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

tela? (Pausa) Pretendo dividir essa apresentação basicamente em duas etapas, embora tenhamos três tópicos no resumo, basicamente falamos sobre as premissas que utilizamos a partir dos números até o ano presente, 2021, que são base para a formulação do orçamento de 2022.

Então, vamos falar inicialmente, rapidamente, como o Guilherme fez na primeira audiência geral sobre esses números até 2021, e em seguida mostramos os números de 2022, propriamente ditos, da proposta orçamentária.

Falando um pouquinho das receitas, percebemos em 2021, basicamente, falando das grandes receitas do Município, a principal delas, talvez o ISS, Imposto Sobre Serviços, em que havíamos encontrado um crescimento desde 2016. Tivemos, por óbvio, por questões da pandemia uma estabilidade entre 19 e 20, e percebemos em 21, uma projeção bem acima daquilo que esperávamos para o presente exercício. Isso, claro, impacta os valores que propusemos para 2022 e também os demais exercícios do Plano Plurianual.

Isso não se mostra no IPTU, que desde 2019 vem com números bem mais estáveis. Na arrecadação do IPTU não temos saltos e acréscimos globais e o ITBI, repetindo o que aconteceu no ICMS, mostra uma projeção para este ano, 2021, muito maior do que foi em 2020. E claro, 2020, também tivemos um número abaixo da expectativa por conta das questões relacionadas à pandemia.

É claro que em 2021, e o ITBI é basicamente relacionado a transações imobiliárias, percebemos um aquecimento da economia, o que nos dá esse grande saldo de 2020 para 2021. Isso se reflete também no ISS, como mostrei inicialmente, e em algumas outras receitas que estão relacionadas à atuação de mercado, como o ICMS, nossa próxima rubrica, que embora, em 2020, tenhamos uma queda relacionada a 2019, já percebemos que o ICMS, imposto estadual, cujo Município tem uma quota parte, 25% da arrecadação desse Imposto, segundo os critérios próprios, é repassada ao Município. E percebemos que ao longo dos anos o ICMS não vem no mesmo movimento das demais receitas municipais. Como disse, é um imposto do Estado e toda a ingerência sobre o trabalho de arrecadação é feita pelo Estado. Em 2019 chegamos a

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

um número de 8 e 400, que caiu bastante em 2020, por óbvio, o ICMS é um Imposto relacionado à atividade econômica, que teve uma retração muito grande em 2020. E já percebemos em 2021 essa retomada da economia saltando de 7 e 800 para 8 e 900. E este número também é esperado, um crescimento breve, vou mostrar um pouco mais adiante, também é esperado para 2022 e demais exercícios.

O IPVA, relacionado basicamente ao repasse para o Estado, 50% da arrecadação desse Imposto, que também é estadual, relacionado aos veículos com emplacamento na Cidade, percebemos uma certa estabilidade ao longo dos anos e se tratarmos isso em valores reais até imaginamos, para 2022, com base nesse histórico, que o número deve reduzir um pouco.

Falar um pouco das transferências para a saúde, por óbvio, 2020, é o maior ano com repasses para a saúde, basicamente relacionados a recursos vindos do Governo Federal. Em 2021, esses repasses são menores do que em 2020, muito embora tenhamos impactos da pandemia muito fortes na Cidade ainda. Em 2021, os gastos com a saúde são muito expressivos, e esperamos isso também para 2022, não só derivados ainda de questões relacionadas à pandemia, mas também à expansão do serviço de saúde no território do Município. Em 2020, com 3 bi e 600, é o ápice de arrecadação de recursos da saúde, com ... (Falha na transmissão) ... para 2021. Esperamos que o Governo Federal mantenha o nível de repasses em 2022, até por conta da ampliação dos nossos serviços de saúde ofertados à população.

As transferências correntes para educação também sobem bastante em 2021, e há um certo crescimento, diria até mais tímido ao longo dos anos. As transferências da educação, um dos maiores valores está relacionado ao Fundeb, que basicamente é abastecido por recursos do ICMS. Talvez seja a maior receita que compõe a base do Fundeb, não só o ICMS, outras receitas também compõem a base do Fundeb, as receitas de impostos basicamente, mas o ICMS tem uma participação muito grande. Vimos que o ICMS deu uma certa estabilizada nos últimos anos em termos de arrecadação com o salto, em 2021, o que deve se repetir em 2022. É por isso que, em 2021, as transferências para a educação também dão esse salto, basicamente relacionadas ao Fundeb.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

A assistência social caminha no sentido oposto. A projeção, para 2021, é muito baixa em relação aos anos anteriores e esperamos, para 2022 e demais anos, também um movimento mais baixo. No que diz respeito à assistência social, basicamente o que aconteceu? Uma transferência muito significativa para a Covid, em 2020, não veio esse ano e algumas outras transferências vieram em valores menores do que nos anos anteriores.

É claro que o Município, a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social tem feito um trabalho com o Governo Federal para maximizar e melhorar esses repasses, percebam, em 87 milhões de repasses, transferências para a assistência social em um orçamento que chega a ser superior a 1 bilhão de reais, já dá para perceber que são basicamente os recursos do Município, do Tesouro Municipal, que arcam com os gastos da assistência no território do Município. O nosso debate, a nossa agenda é justamente conseguir maiores e melhores transferências para a assistência social, para reduzir o impacto da assistência nos recursos do Tesouro Municipal.

Seguindo, vamos para a outorga onerosa, com uma projeção também maior em relação a 2020, para este ano, 2021. Isso acompanha o mercado imobiliário, como vimos, o ITBI também com recursos muito maiores para 2021. Esperamos que isso também se replique em 2022 e demais exercícios.

Aqui, as receitas do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, o FMSAI, ou Fumsai, como alguns o chamam também. Temos aqui um pequeno acréscimo em relação a 2020, agora em 2021, as receitas devem se manter estáveis. E aqui há um ponto de atenção, sabemos e temos a nossa atenção já voltada e chamada para uma eventual crise hídrica no Estado. E é claro que isso impacta as receitas do FMSAI, que é um Fundo basicamente voltado para investimentos relacionados ao meio ambiente, e também à infraestrutura.

Receitas de capital, transferências diversas, são 159 milhões esperados para esse ano, frente a 295, em 2020. Percebam que não há nas transferências de capital um crescimento constante, ou decrescimento constante, não há um movimento uniforme nas transferências de capital, elas seguem uma política muito mais discricionária, principalmente do Governo Federal.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

Então temos bastantes convênios com o Governo Federal, mas nem sempre os repasses são condizentes as nossas expectativas.

O Vereador Jair vai lembrar disso, até 2015, 2017, acredito, um debate grande em que por um lado tínhamos convênios com o Governo Federal e colocávamos no orçamento toda nossa expectativa. E por outro lado a realização dessas receitas era muito aquém daquilo que nós colocávamos. E o debate era justamente colocarmos ou não colocarmos as receitas de capital. É claro que de lá para cá temos nos pautado mais pela realidade mesmo do ingresso das receitas e a projeção, para 2022, também vai num nível um pouco mais baixo do que, por exemplo, 2016 ou 2019, 2020 também, mas 2019, que são anos com números maiores.

Falando um pouquinho agora das nossas despesas, os desafios que temos nas despesas, o primeiro quadro que mostramos aqui é o da educação que, em 2021, atingiu o patamar de 14.8 bilhões de reais, frente a 13 bilhões e meio. É claro, a educação, há um dispositivo constitucional, acredito que todos saibam disso, mas não custa nada relembrar, temos a obrigação constitucional de investir na educação 25% das receitas de impostos e transferências.

Quando digo investir, não é um investimento no sentido estrito, mas particularmente considero cada real colocado na educação como um investimento no desenvolvimento da sociedade. Educação sem sombra de dúvida é a base para o desenvolvimento de qualquer sociedade. E claro que, 2020, saindo de 13; 2021, 14.8 bilhões, com um nível também bastante elevado para 2022, o desafio é justamente trabalhar o planejamento para a melhor alocação desses gastos.

Saúde, que temos, como não poderia deixar de ser, 2020, 2021, anos com gastos muito expressivos, percebam o salto da função dos gastos com a saúde de 2019 para 2020, saltando praticamente 2 bilhões e meio. Em 2021, temos um número de 14 bilhões, quase 14 bilhões e meio de gastos na saúde. E com certeza esse número deve crescer, deve passar, acreditamos nós, dos 15 bilhões de reais, ou aproximadamente isso e esperamos um número muito próximo de 14 bilhões e meio também, para 2022. É um grande desafio tratar os gastos

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

com a saúde no Município, o volume financeiro é muito grande e é majoritariamente custeado com recursos do Tesouro Municipal. Os repasses para a saúde não são suficientes, vimos há pouco os números de repasse, pouco mais de 2 milhões de reais de repasse, principalmente do Governo Federal para o SUS, para a saúde.

A assistência social também, os números expressivos, é sempre um desafio o orçamento da assistência social. Em 2020, 2021, esses números cresceram significativamente, é importante dizer que aqui há também aquele auxílio emergencial que foi dado pelo saudoso Prefeito Bruno Covas, e mantido também agora pelo nosso Prefeito Ricardo Nunes. Os números aumentaram significativamente em 2020 e 2021. Para 2022, claro, esperamos que muitos dos gastos derivados da pandemia se reduzam, então, o orçamento da assistência para 2022, deve ser um pouco menor do que os anos de 2020 e 2021, para que tenhamos a condição de manter a normalidade da assistência social.

É claro que o desejo de todos aqui, nosso e imagino que de todos os presentes e os que nos ouvem também na transmissão ao vivo da audiência, é que os gastos com a assistência sejam cada vez menores. Ou seja, que cada vez menos pessoas do Município precisem da assistência social. Mas infelizmente sabemos que a realidade nos impõe determinados gastos e é um desafio para a Prefeitura, como disse, custear todos esses, principalmente com recursos do Tesouro Municipal.

Seguindo, temos a compensação tarifária, que é um grande gasto do Município. Os números nos exercícios recentes ultrapassam 3 milhões de reais. A pandemia veio e agravou essa situação, porque reduziu a receita do sistema de transportes, até pela necessidade, uma questão de saúde pública, os ônibus tiveram que ser mantidos num número razoável para que todos pudessem se movimentar na Cidade com segurança, o que elevou os gastos de transporte em 2020, também em 2021. Esperamos que em 2022, esse número caia até por conta das medidas que o Prefeito determinou que fossem feitas junto à Secretaria de Transportes, principalmente, a SPTrans. A expectativa é que o número reduza, o número da compensação tarifária seja mais baixo no exercício de 2022, embora saibamos que é sempre um grande desafio

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

essa despesa.

A mesma coisa as despesas com a limpeza urbana, concessão e varrição da Cidade. Temos, em 2021, 2 milhões de reais, esse número deve crescer um pouco, há uma pequena pressão, pequena, entre aspas, claro, é uma pressão orçamentária, sabemos, sobre a varrição e sua concessão, esse número dificilmente ficará abaixo do número de 2020, o número final. E já estamos projetando isso também para 2022, um número que abarque a necessidade orçamentária de limpeza urbana, que é muito necessária e tem externalidades ... (Falha na transmissão) ... do bom trabalho de concessão e varrição, principalmente no que diz respeito às enchentes ou problemas com córregos, que temos bastante na Cidade ainda. Claro que existem outras variáveis envolvidas aí.

O outro grande desafio é o gasto com a Previdência, traz aqui a evolução do RPPS, a Casa recentemente aprovou a reforma da Previdência, que deve com certeza, o Secretário Guilherme já se manifestou a respeito disso, ... (Falha na transmissão) ..., mas é sempre bom dizer que a saúde financeira da Previdência do Município é fundamental para que tenhamos possibilidade de sustentabilidade, no orçamento municipal, no longo prazo, e a aprovação da reforma da previdência muito importante nesse sentido. Bom, falando agora dos números de 2022, inicialmente o cenário econômico é... Perdão?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, é que você estava discutindo muito a questão do empenhado e liquidado até agora, não é. E eu ia falar que, 2022, nós íamos falar do orçamento, mas me parece que agora você vai falar.

O SR. FABIANO DE OLIVEIRA MARTINS – Vou falar sim.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Perfeito.

O SR. FABIANO DE OLIVEIRA MARTINS – Bom, a gente inicia aqui falando dos indicadores que nos levaram a falar da formulação da proposta, e é claro que precisa de um cenário de instabilidade econômica. O relatório Focus, de 15 de outubro, ocasião em que o Secretário Guilherme trouxe este quadro mostrando o PIB para 2022 de 1,5%, que já é menor do que o PIB usado na formulação da proposta, que é do formulário Focus de julho, quando

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

gente ia usar um indicador de 2,1%. Em outubro, já estava em 1,5% e, hoje, já está em 0,7%.

Então, percebam a instabilidade da economia que pode trazer reflexos para nós em 2022. É claro que o PIB, falando de orçamento municipal, impacta muito mais as receitas do que as despesas; mas, de certa forma, também impacta as nossas despesas. Então, para 2022: 1,5%, que era o que tínhamos há pouco mais de um mês na apresentação, hoje estamos com 0,7%; então, as projeções caminham para um cenário mais conservador em relação a 2020 do que as expectativas anteriores de mercado.

E a inflação para 2022: 4,18%. É claro, ela empata a nossa arrecadação, mas também empata os nossos contratos e as nossas despesas. Então ela gera reflexos dos dois lados do orçamento: receita e despesa. Lembrando que a proposta orçamentária, quando for encaminhada, a expectativa de inflação é de 3,18%.

A taxa de juros Selic, 8,75%, valor da taxa esperado para 2022, que também houve um aumento. Quando mandamos a proposta, era 7%; agora já está em 8,75%. A gente tem acompanhado as reuniões do Copom.

Então, a taxa de desemprego, como o Guilherme já apresentou as informações na audiência passada, a gente saiu de pouco menos de 10% em 2016 para 13,7%, mas isso é em âmbito nacional. A gente pode perceber que, em janeiro de 2020, tinha pouco mais de 10% chegando a 13% em junho 2021. Porém, quando a gente faz um recorte pela cidade de São Paulo, a gente trabalha com um cenário em que, em fevereiro de 2021 até ontem, o Município gerou 214 mil empregos de fevereiro de 2021 até agora.

Um pouco do mercado imobiliário, que mostra a ascendência e o crescimento da atividade. Na verdade, é um recorte que mostra um pouco do retorno da atividade econômica, tudo isso formulando um cenário para as nossas receitas e despesas que eu mostro inicialmente aqui, as receitas projetadas para 2022: um orçamento de R$ 79 bilhões ante um orçamento de R$ 67 bilhões, inicialmente previsto para 2021, porém, com uma previsão de terminar o ano em R$ 74 bilhões.

O orçamento atualizado em 2021 já é na casa de R$ 74 bilhões, então percebam que

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

de 2021 para 2022, quando se compara a previsão feita em 21 e aprovada nesta Casa, de R$ 67 bilhões, hoje já se encontra em R$ 74 bilhões. Comparando com os números para 2022, de R$ 74 bi para R$ 79 bi, a gente vê um crescimento de 7%.

As principais receitas que nós temos, como passamos por todo o cenário de receitas até agora, não poderia deixar de falar do ISS, que teve o crescimento de 7%; o IPTU crescendo 6% para 2022, na casa de R$ 12 bilhões. O ITBI, como não houve um crescimento muito grande em 2021, a gente prevê uma instabilidade na receita para 2022, sem muitos acréscimos, até algum ligeiro decréscimo. O mesmo acontecendo no IPVA, um pequeno decréscimo. E o ICMS se mantendo estável entre 2021 e 2022.

Essas são as nossas principais receitas. Então, quando a gente compara a LOA 2021 com a LOA 2022, a gente tem pouco mais de R$ 8 bilhões de acréscimo. Mas olhando para a previsão de encerramento do ano de 2021, a gente salta de R$ 47 bi a R$ 49 bi. Ao invés de oito bilhões, são dois bilhões de acréscimo.

Temos algumas receitas que compõem o nosso orçamento que são receitas não recorrentes, que não entram ordinariamente, ano a ano: os Cepacs, que são as nossas operações urbanas, de receitas das operações urbanas totalizando R$ 442 milhões. As desestatizações, o fundo de desenvolvimento social, o FND, nós temos algumas concessões previstas, principalmente a concessão de cemitérios, acho que a maior delas, para 2022; algumas alienações também, na casa de R$ 57 milhões, ou seja, R$ 409 milhões dentro desse escopo de desestatização, do plano de desestatização; as operações de crédito, totalizando R$ 2,672 bilhões.

Aqui nós temos uma parte já prevista para 2022 daquela operação de crédito aprovada recentemente, na casa de R$ 8 bilhões. A nossa expectativa é conseguirmos R$ 2 bilhões dessa operação de crédito para 2022, cuja destinação deverá ser para diversas áreas, como: pavimentação e recapeamento, R$ 550 milhões; no plano de habitação, R$ 1,202 bilhões; R$ 178 milhões colocados para implementação de novos corredores de ônibus; e R$ 70 milhões de reais também colocados para a implantação, reforma, requalificação e ampliação de

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

equipamentos culturais.

Além disso, a gente tem uma receita não recorrente do PPI de R$ 953 milhões, quase R$ 1 bilhão, que deve ingressar em 2022 também.

A gente tem o quadro de renúncias de receitas, que estão colocadas no projeto de lei, por óbvio, bem detalhadas ali. E aqui antecipa até o apontamento do Tribunal, que fala sobre a não inclusão das compensações de renúncia de receita, que acredito que o Sr. Thulyo deve falar um pouco disso também.

Esse apontamento do Tribunal diz que nós não colocamos as medidas de compensações para as renúncias, mas é claro que a LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal – traz dois incisos, com os quais nós podemos trabalhar, com um ou com o outro, no que diz respeito às renúncias. Um deles prevê, de fato, as medidas de compensação. Eu preciso prever que a gente incorpore isso na previsão de receita e despesa, e a gente optou por fazer as projeções de receita já considerando as renúncias e benefícios.

São as despesas que estão no orçamento, a gente chama esse quadro que abre as despesas por grupo e falando um pouco sobre outras despesas correntes e investimentos, em que nós tínhamos R$ 29,5 bilhões na coluna A, de outras despesas correntes, que podemos dizer que são despesas de custeio previstas para 2021. É claro que, em 2022, o orçamento disponível, aqui eu não estou falando de empenhado e liquidado. Nós acompanhamos as demais audiências e muito foi falado sobre orçamento empenhado e liquidado, que basicamente é a capacidade operacional das Secretarias em executar o próprio orçamento. É muito importante que a gente traga esse debate, porque muito se briga por um orçamento maior. Eu acho justo esse debate, essa discussão, é importantíssimo que a gente tenha esse debate para entender a composição do orçamento, mas tão importante quanto isso eu vejo que é a gente debater a capacidade operacional de se executar o orçamento que existe.

E muito se falou nas audiências públicas temáticas sobre a execução do orçamento que já existe. E penso eu que, antes de se brigar por um orçamento maior, precisa se executar um orçamento existente. E hoje o orçamento existente está em R$ 34,3 bilhões, bem maior do

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

que tínhamos de previsão orçamentária inicial; e o próprio LOA 22, o custeio é um pouco maior quando comparamos com o orçamento atual: R$ 35,4 bilhões. Ou seja, há um espaço orçamentário maior ainda para 2022.

Os investimentos, temos disponível no orçamento R$ 4 bilhões; e para a proposta orçamentária de 2022, R$ 6,9 bilhões. Então é um valor expressivamente maior, a Prefeitura tem a intenção de retomar os investimentos.

As isenções financeiras, o valor é bem pequeno, basicamente tratam dos aumentos de capital das empresas municipais; não só isso, mas basicamente isso, e o número do orçamento já mostra as intenções, são números realmente bem menores.

Há um aumento da despesa de pessoal, ativos e inativos, despesa de pessoal que está congelada por efeitos da lei complementar 173, desde 2020.

E serviços da dívida, sentenças judiciais, enfim, são os nossos contratos de dívida, de precatórios também, que nós temos limites e valores contratualizados para poder cumprir no ano de 2022. Isso também está representado no quadro.

Esses são os números que a gente trouxe. Peço perdão por avançar no horário da apresentação, mas me coloco à disposição, o Sr. Samuel está conosco, a Sra. Claudia também, e a gente permanece aqui para esclarecimentos, que é o mais importante.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sr. Fabiano. Na distribuição regional de R$ 5 bi e alguma coisa, ele não veio de forma detalhada, ok. Se você conseguir para as considerações finais.

Tem a palavra o Sr. Marcos Thulyo Tavares, do Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCM.

O SR. MARCOS THULYO TAVARES – Bom dia, Sr. Presidente. Quero cumprimentar todos os presentes, Srs. Vereadores, os colegas da Secretaria da Fazenda e todos os munícipes que nos acompanham nessa segunda audiência do PPA e do PLOA.

Gostaria de mencionar, primeiro, que o relatório de auditoria do Tribunal de Contas acerca deste projeto de lei orçamentária já foi encaminhado previamente a esta Comissão,

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

também à Secretaria da Fazenda, para conhecimento e manifestação acerca das exigências e oportunidades de melhoria que nós apontamos na auditoria.

Esse relatório teve como objetivo verificar se o projeto de lei está compatível com a legislação e as normas aplicáveis, também com os demais instrumentos de planejamento, além de analisar se as receitas e despesas foram razoavelmente projetadas como mostrou o Sr. Fabiano na sua apresentação.

Com isso, brevemente, seguem os principais apontamentos dessa auditoria: 1. Na folha 251 do projeto de lei, consta um quadro de receita consolidada para 2022, apresentando a evolução das receitas desde o ano de 2018. Porém, não contém a projeção para os dois anos seguintes, infringindo o art. 12 da LRF. 2. Divergência nos valores referentes à operações de crédito. No art. 3º do PLOA consta receita prevista em R$ 2,7 bilhões. Já na página 246 do PLOA, foi mencionada uma receita com operações de crédito no montante de R$ 5,2 bilhões. 3. O demonstrativo das operações de crédito está em desacordo com o art. 10, Inciso V, alíneas A e B, da LDO de 2022, pois não consta a descrição das contrapartidas do Município nessas operações de crédito. 4. Constata-se no PLOA que as obrigações e contribuições patronais do RPPS saúde no valor de R$ 413,9 milhões e obrigações e contribuições patronais do RPPS da educação no valor de R$ 1,9 bilhão estão classificadas de forma inadequada no órgão de encargos gerais do Município, em infringência ao MCASP. 5. O Parágrafo II, no art. 7º do PLOA, infringe o Inciso VI do art. 167 da Constituição, ao autorizar o Poder Executivo a transpor, remanejar, transferir ou utilizar total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária e em créditos adicionais sem autorização legislativa específica, também não atende ao princípio da exclusividade, uma vez que não deveria constar na LOA a previsão da receita e a fixação da despesa. 6. Há um pequeno equívoco na redação do art. 8º, Inciso X do PLOA para 2022: onde se lê artigo 20, deveria ter constado artigo 19. 7. Constata-se que, apesar de ter fixado o valor de R$ 5,8 milhões para despesa de pessoal decorrente de contratos de terceirização, este não contempla os diversos órgãos da Prefeitura, em infringência ao Parágrafo I do art. 18 da LRF.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

O próximo apontamento foi apontado pelo Sr. Fabiano na apresentação, que é o seguinte: 8. Demonstrativo referente às renúncias de receitas apresentado no PLOA não apresenta a informação referente às compensações, onde deveriam constar as medidas a serem tomadas a fim de compensar a renúncia de receita prevista, infringindo o art. 5º, Inciso II, da LRF. 9. Constata-se no PLOA a fixação orçamentária de valor simbólico de R$ 1.000,00 em centenas de ações, o que torna inviável a concretização das prioridades previstas no Parágrafo II, art. 8º da LDO. Além disso, descumpre o princípio da universalidade do orçamento, que estabelece que todas as despesas devem constar da LOA, o que não se confunde com inserções de ações com valor inconsistente somente com o propósito de autorizar a sua execução. Portanto, todas as ações devem ser orçadas adequadamente, com os valores totais que nelas se espera desembolsar.

Propusemos também no nosso relatório seis oportunidades de melhorias. São elas: 1. Sugere-se que o valor total consolidado de despesa intraorçamentária fixada para 2022 seja inserido de forma destacada no texto do PLOA. 2. Ampliar a quantificação por fontes de recursos para o PLOA, possibilitando melhor transparência da gestão financeira e a rastreabilidade da utilização dos recursos, em especial para fins de análise no cumprimento do art. 8º da LRF. 3. A receita própria da SPTrans foi demonstrada apenas pelo valor total de R$ 5,2 bilhões. Sugerimos como oportunidade de melhoria e transparência da informação demonstrar a metodologia para o cálculo das receitas próprias no âmbito da SPTrans, de forma a trazer maiores detalhes acerca dos dados apresentados. O valor do orçamento da seguridade social não está apresentado de forma discriminada e destacada no PLOA, conforme prevê art. 165, Parágrafo V, da Constituição. Sugerimos também como oportunidade de melhoria detalhar o valor separado para cada tipo de orçamento – fiscal, seguridade social e de investimentos – no corpo do texto legal.

Penúltima oportunidade de melhoria: sugerimos excluir todas as exceções previstas no art. 8º do PLOA e estabelecer um novo percentual que permita razoável discricionaridade ao Poder Executivo na alteração e execução do orçamento.

Última oportunidade de melhoria: na PMSP não há sistema de informação de custos

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

que cumpra a NBC T 16.11. Assim, torna-se inviável o controle de custos mencionado na LDO de 2022. Portanto, é necessário que a PMSP tome providências para viabilizar a implantação do sistema de custos integrado com o processo de planejamento e orçamento, de modo a cumprir, como disposto no caput e no § Único do art. 13 da LDO de 2022.

Bom, esses são os apontamentos do relatório do Tribunal de Contas.

Consigo aqui também uma informação que saiu hoje, quentinha: foi publicado, oficialmente, o *ranking* de qualidade da informação contábil e fiscal no Siconfi, em que consta o Município de São Paulo na posição 779 entre os entes federativos do país. E a ideia do Tribunal de Contas, inclusive para melhorar nossa classificação nesse ranking, e também melhorar a transparência em geral, é propor essas oportunidades de melhoria.

Sr. Presidente, são essas as considerações iniciais do Tribunal de Contas.

Permanecemos à disposição. Muito obrigado e uma ótima audiência a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu preciso suspender e abrir. Preciso de um Vereador na sala, mesmo que seja *on-line*. Mas não temos quórum.

Quero anunciar a presença presencialmente da Vereadora Janaína Lima, Relatora do PPA.

Até 11h45, imediatamente, havendo quórum, eu vou suspender a audiência por três, quatro minutos, apenas para abrir a reunião ordinária, e depois eu suspendo a reunião ordinária.

O Vereador Suplicy, baseado nos seus compromissos, pediu a palavra.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Se me permite.

Eu queria salientar especialmente ao Sr. Fabiano de Oliveira Martins e ao Sr. Samuel de Godoy que houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, 10 a 0, para manter a ordem que o Governo Bolsonaro defina o valor de uma renda básica nacional, um benefício social a ser pago para atender as despesas mínimas de cada pessoa com alimentação, educação e saúde. Os dez ministros que compõem o Supremo rejeitaram o recurso apresentado pelo Governo para que isso não acontecesse. E com a decisão esse valor deve começar a ser pago a partir de 2022, em janeiro próximo, para todos os brasileiros em condição de pobreza e

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

pobreza extrema. E esses valores devem estar previstos no orçamento do próximo ano.

Portanto, na assistência social, há que se prever, sim, o pagamento para todas aquelas pessoas, e que são em número muito significativo, que estejam em condição de pobreza extrema ou pobreza absoluta.

Ainda ontem mesmo, eu estive, por exemplo, na Praça da Sé, na Praça do Colégio. É impressionante o número de pessoas em condição de pobreza extrema, pobreza absoluta, que hoje existem em São Paulo. E os ministros julgaram o recurso da União contra o entendimento da corte tomada em abril. E foi determinado, sim, que vai haver a necessidade de se pagar a *Renda Básica de Cidadania*, primeiramente, em 2022, para todas as pessoas em condição de pobreza extrema e pobreza absoluta, até o dia em que o Sr. Fabiano, o Sr. Samuel e o Sr. Guilherme, o Sr. Jair Tatto, Eduardo Suplicy, todos vamos estar recebendo a *Renda Básica de Cidadania*, conforme a lei aprovada por todos os partidos em 2002-03 no Senado e na Câmara, sancionada pelo Presidente Lula em 8 de janeiro de 2004. E, portanto, dada a decisão do Supremo Tribunal Federal de segunda-feira, há que se prever o pagamento desta renda básica cujo valor vai ser definido nesses dias pelo Congresso Nacional e pelo Poder Executivo.

Era isso que eu gostaria de informar a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Eduardo Suplicy, nosso querido Vereador Líder da Bancada do PT.

Vou suspender por alguns minutos a nossa audiência pública para abrir a sessão ordinária, e, imediatamente, suspendo a reunião ordinária da comissão para voltarmos à audiência.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Retornando à nossa audiência pública.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

Primeiro inscrito, de forma *on-line*, o Prof. Marcelo Arno Nerling.

O SR. MARCELO ARNO NERLING – Bom dia a todos, bom dia a todas.

É uma satisfação estar novamente nesta Casa representando a sociedade civil e, em especial, a universidade nessa área.

Vinha com a expectativa, juntamente com os meus alunos, de trabalharmos uma perspectiva interessante para 2022, relembrando a Semana de Arte Moderna, e, talvez, pensando numa semana de política moderna. E com isso nós acentuamos as nossas críticas, que lançamos novamente no canal do YouTube. E tecemos uma série de considerações e críticas a esse processo de discussão, particularmente, ao plano plurianual.

Em especial, destacávamos que a nossa Lei Orgânica tem problemas quando, por exemplo, determina que a LDO, como aconteceu este ano, seja encaminhada e aprovada antes de sequer conhecermos o plano plurianual, quando o próprio § IV do art. 138 diz que as emendas ao PL da LDO não podem ser aprovadas quando são incompatíveis com o PPA. Nós sequer sabíamos, e os Vereadores menos ainda, sobre os termos do PPA. Então nós fazemos uma crítica sempre muito dura e acentuada. Temos problemas e necessitamos projetos de emenda constitucional, emenda à Lei Orgânica, para que nós, de fato, transformemos o Município de São Paulo num município moderno do ponto de vista da legislação.

Quero destacar aqui que não vem contemplado neste PPA, e muito por omissão do Poder Legislativo, que sequer chamou uma audiência pública, ou sequer chamou os Vereadores, para discutirem o seu PPA. Tanto é que ele vem e aparece seco como apareceu juntamente como plano plurianual do Tribunal de Contas. Ou seja, os órgãos de controle apontam para o Executivo quando tem o seu dedo sujo. Não estão cumpridos os arts. 54 e 55 da Lei Orgânica, a Lei 13.881, de 2004, que criou o Conselho de Representantes. E, com isso, não se consubstancia o que está determinado pelos arts. 77 e 78 da Lei Orgânica do Município.

Portanto, estamos de fato na presente audiência pública ensinando os nossos alunos como não se deve fazer, porque o que nós percebemos é ilegalidade e total ineficiência, particularmente, do Poder Legislativo, da Comissão de Orçamento e Finanças, juntamente com

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

o Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Realmente uma vergonha.

Diante dessa ausência toda, eu quero cumprir o meu tempo. E vou usar da arte.

Permitam-me, por favor, a oitiva de um minuto da fala de Rolando Boldrin.

"*Esta, digamos, indignação popular:*

'Eu sinto vergonha de mim'.

Por ter sido educador de parte desse povo,

por ter batalhado sempre pela justiça,

por compactuar com a honestidade,

por primar pela verdade

e por ver este povo já chamado varonil

enveredar pelo caminho da desonra.

Sinto vergonha de mim

por ter feito parte de uma era

Que lutou pela democracia,

pela liberdade de ser

e ter que entregar aos meus filhos,

simples e abominavelmente,

a derrota das virtudes pelos vícios,

a ausência da sensatez

no julgamento da verdade,

a negligência com a família,

célula-mater da sociedade,

a demasiada preocupação

com o "eu" feliz a qualquer custo,

buscando a tal "felicidade"

em caminhos eivados de desrespeito

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

para com o seu próximo.

Tenho vergonha de mim

pela passividade em ouvir,

sem despejar meu verbo,

a tantas desculpas ditadas

pelo orgulho e vaidade,

a tanta falta de humildade

para reconhecer um erro cometido,

a tantos "floreios" para justificar

atos criminosos,

a tanta relutância

em esquecer a antiga posição

de sempre "contestar",

voltar atrás

e mudar o futuro.

'Tenho vergonha de mim

pois faço parte de um povo

que não reconheço,

enveredando por caminhos

que não quero percorrer...

Tenho vergonha da minha impotência,

da minha falta de garra,

das minhas desilusões

e do meu cansaço.

Não tenho para onde ir

pois amo este meu chão,

vibro ao ouvir meu Hino

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

e jamais usei a minha Bandeira

para enxugar o meu suor

ou enrolar meu corpo

na pecaminosa manifestação de nacionalidade.

Ao lado da vergonha de mim,

tenho tanta pena de ti, povo brasileiro!

De tanto ver triunfar as nulidades; de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça. De tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto.

Rui Barbosa"

O SR. MARCELO ARNO NERLING – São as considerações necessárias da Universidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, professor.

Vamos à participação presencial da Sra. Lydia Gama.

A SRA. LYDIA GAMA MONTEIRO – Oi, Vereador Jair, Vereadora Janaína, aos demais também.

Meu nome é Lídia, eu falo pelos movimentos de cultura da cidade de São Paulo.

Estamos aqui para convidar todos para o ato de amanhã, que acontecerá às três horas em frente à Prefeitura. Ele é um ato que será a favor das nossas causas, que são causas do coletivo.

Eu compreendo que existe uma retomada na cidade de São Paulo, sim. Contudo, nós temos ainda algumas pautas abertas. E são pautas que visivelmente dificultam essa retomada do coletivo da cultura, como diz a nossa Secretária.

As nossas pautas são: aumento de3% executado, com 50% voltado à periferia para cultura.

Eu ouvi a fala do cara da Fazenda. Sei lá.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

Não temos como brigar pelo aumento, porque temos que lutar pela execução. Só que fica muito difícil quando a própria Fazenda não quer conversar com os movimentos. Então não adianta falar no virtual. Venha conversar conosco, por favor.

O segundo caso em pauta são os pagamentos, que ainda estão congelados.

Para vocês que estão no virtual, para vocês que estão aqui: se vocês estão com o pagamento atrasado, venham aqui também amanhã, três horas, na Prefeitura. Nós, cinco integrantes do movimento, iremos falar sobre isso.

Outra pauta sobre a qual falaremos também é sobre a implantação do Conselho Municipal de Cultura. É até uma forma para ajudar a Secretária Municipal da Cultura. E os nossos representantes subirão lá para conversar sobre isso também.

Hoje, nós estamos fazendo esse convite. E aos Vereadores também que estão aqui e são a favor da cultura. Por favor, compareçam lá – Janaína. É importante.

É só isso. E eu só vou falar uma coisa: eu sonho com o dia em que o Brasil não vai ter quórum em comício também, porque é uma sem-vergonhice desta Casa não querer escutar o próprio povo e ter que ficar mandando *pelo amor de Deus*. É um absurdo isso daí. Eu sonho realmente com o dia em que o comício não vai ter quórum também.

Muito obrigada.

- Assume a presidência o Sr. Dr. Sidney Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Sidney Cruz) – O próximo inscrito, de forma virtual, é o Sr. Alessandro Luiz Oliveira Azzoni. (Pausa) Próximo inscrito, de forma presencial, Ikaro.

O SR. IKARO GOMES DOS REIS – Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente, Vereadores e Vereadoras presentes. Bom dia também aos representantes do Tribunal de Contas, aos representantes da Prefeitura Municipal.

Meu nome é Ikaro, sou estudante de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo. E venho, na minha fala, fazer uma reflexão sobre a questão do planejamento e a questão também de pensar a gestão pública – não somente no Poder Executivo, mas, como mencionou anteriormente o Prof. Marcelo, pensar a gestão pública pelo ponto de vista do Poder Legislativo,

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

levando em consideração a Câmara Municipal e o próprio Tribunal de Contas.

Como o Samuel pôde apresentar agora há pouco no PPA, nós vimos que, no Anexo II, tem todos os indicadores dos programas. E entre eles temos um programa específico, o programa 3014, que trata do controle externo e processo legislativo.

Bem, esse programa é um programa de responsabilidade cujo órgão responsável é a Câmara Municipal. E também participa desse programa o próprio Tribunal de Contas.

Eu convicto que vocês acessem o Anexo II e possam verificar esse programa.

O fato que eu gostaria de destacar é que, no Anexo III, que seria o anexo responsável por apresentar os indicadores, que são, como a Profa. Ligia apresentou agora há pouco, a essência do monitoramento e da avaliação, e, consecutivamente, do controle – interno, externo e também o controle social. E eu destaco que esse indicador não existe. Esse programa não apresenta os indicadores para serem avaliados.

Eu acho que o Tribunal de Contas comete um equívoco, e a Câmara Municipal também, em não formular os seus indicadores.

Eu gostaria de destacar a própria fala do Samuel quando indagado sobre esses fatos na primeira audiência pública.

Abre aspas para a Nota Taquigráfica da primeira audiência geral:

“Em relação aos indicadores do Programa 3014, Processo Legislativo e Controle Externo: como esse programa é de responsabilidade, tem ações finalísticas conduzidas pela Câmara Municipal e pelo Tribunal de Contas, nós não podíamos imputar alguns indicadores por conta de autonomia.”

Esse é um fato conhecido, apresentado pelo Samuel, representante da própria Secretaria da Fazenda. O que nós notamos é que nesse um mês em que esse fato já era conhecido, a própria Câmara Municipal não se mobilizou para apresentar os seus indicadores dos seus programas, tampouco o Tribunal de Contas que, hoje, compareceu – na última audiência sequer tinha aparecido – e fez apontamentos, mas ao Poder Executivo.

Então, eu chamo à reflexão, porque acredito que ainda dá tempo, antes de que o

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

PPA seja concluído: que a Câmara Municipal e o Tribunal de Contas apresentem e formulem seus indicadores para avaliar o programa de responsabilidade deles.

Esse é um apelo, um pedido, que seja seguido o que a lei determina. O programa existe, então, tem que ter indicadores para que o controle social seja, de fato, efetivado.

Com isso, finalizo a minha fala. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Próxima inscrita é a Sra. Maria Angélica Oliveira, de forma virtual.

A SRA. MARIA ANGÉLICA OLIVEIRA – Bom dia a todos, todas, todes. Cumprimento a mesa, na figura do nosso coordenador, aos membros do Poder Público, e, principalmente, aos Munícipes que estão de forma remota, com um baixo quórum no presencial, mas é compreensível.

Eu sou Maria Angélica. Sou do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, membro do Conselho Participativo Municipal do Butantã, e, também, integrante do movimento de Comunidades Unidas do Butantã em Ação.

Neste lugar, eu vou, enquanto associação de projetos integrados de desenvolvimento sustentável e que trabalha as questões durante um bom tempo, mas esses conselhos aos quais eu me refiro vêm fazendo um longo trajeto de trabalho, articulação, mobilização, um movimento sistêmico que, mesmo antes da pandemia, já era caótico. Com a pandemia, isso se agrava.

Eu estou no limite de Osasco, Cotia, Taboão da Serra e Carapicuíba, extrema pobreza está batendo nas franjas da cidade, e o Poder Público, tanto o Executivo quanto o Legislativo, têm sérias responsabilidades sobre isso. Responsabilidade tem que ser contundente.

Venho com a fala da apresentação da Secretaria da Fazenda, a qual saúdo nas pessoas que se pronunciaram, na figura de que nas periferias o quadro trazido pela colega que expos o programa nos diz que é preciso mais verba, e, consequentemente, a execução dessas verbas, desses programas, o que já vem num declínio sistêmico que a gente precisa olhar.

A Peça Orçamentária da cidade precisa ser levada a sério pelo Legislativo. Está

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

tendo um esforço da sociedade de provocar vocês. Cabe a vocês do Poder Público e do Legislativo para atenção básica da saúde, ao meio ambiente, à segurança alimentar e nutricional da população de baixa renda que está em situação extrema de pobreza: fome e desemprego. Então, a gente precisa cuidar disso.

Eu acho que ter uma redução na Assistência Social, na habitação que não representa a moradia digna de centenas de pessoas que estão em situação de ocupações, em que estão tendo remoções, o conjunto da sociedade precisa olhar isso, mas, principalmente, a responsabilidade do Poder Público, seja do Executivo, seja do Legislativo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Maria. Vamos lá, presencialmente, o Rapper Pirata.

O SR. RAPPER PIRATA – Em nome do Jair Tatto, cumprimento todos os Vereadores; em nome dos funcionários da Câmara, cumprimento todos os funcionários públicos, servidores públicos; contra o genocídio da juventude pobre, preta e periférica, que ainda é a nossa meta que isso acabe. É só ver o que está acontecendo no Rio de Janeiro, sempre a segurança pública é inimiga da sociedade, infelizmente, até que nos provem o contrário; e cumprimento o cidadão.

A primeira coisa para o pessoal das Finanças, nós viemos para discutir o orçamento de 2022, não viemos discutir a LRF. Vocês apresentarem o orçamento de 2021, sendo que eu quero saber o que vocês vão fazer com os 79 bilhões. É isso que a gente quer descobrir e, na fala de vocês, dizem que fizeram uma limpeza e tal. Isso é, vocês fizeram uma limpeza, e a área da cultura está com problemas ali. A gente quer um orçamento transparente, onde a gente consiga fazer o que desejamos, então, 3% para a cultura.

Queremos, também, um Conselho de Cultura na cidade de São Paulo. Isso é importante, Vereadores, eu preciso pedir para vocês mudarem a postura: a gente precisa ter política pública, que não pode ser feita somente nos bastidores. Está muito ruim discutir política pública na cidade de São Paulo.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

Queira ou não queira, todo esse debate custa, pelo menos, o orçamento da cidade. Já que as pessoas são práticas quanto à questão empresarial: 1 milhão de reais. Todo esse material que está sendo feito, intelectual etc. é jogado fora. Nós jogamos conhecimento fora. Eu também queria vender uma tabela para o Governo. Estamos falando de 79 bilhões de reais, para o hip hop, reforço: 3 milhões de reais para o Mês de Hip Hop, mas com a participação da sociedade. Não é o que estão fazendo. Está contra a lei. Não é para fazer grupo fechado. A gente não quer que corrompam os movimentos culturais. Não corrompam a sociedade. Quando fica uma panelinha de cinco pessoa, é óbvio que vai haver corrupção. Participação. O dinheiro público é feito por todos.

Também queremos para as Casas de Hip Hop 2 milhões e 500 mil, e o Território Hip Hop, que é uma ação de geração de trabalho. A cidade de São Paulo não é industrial. Ela não tem orçamento industrial, onde vai gerar trabalho? Então, o Mês de Hip Hop vocacional é para gerar mais de 400 trabalhos, por isso, são 2 milhões de reais. Replico isso no PPA também durante os quatro anos e em todo o orçamento da cultura.

Vereadores, reforço a vocês: precisam falar com os Secretários que dialogaram com vocês para garantirem o orçamento deles, porque tiram dinheiro de um lugar e colocam em outro. Vieram convencer a fazerem a votação para dar 28 mil reais para os cargos que são as pessoas do mercado e não sei o quê. Já que a lógica é essa, que essas pessoas trabalhem e apresentem coisas sérias e dialoguem com a sociedade. Elas ganham 28 mil reais para trabalharem para a sociedade. Não ganham 28 mil reais para o Banco Itaú. A sociedade civil não são só quatro instituições. A gente tem que pegar dados de instituições que falam que é sociedade civil. E nós não conhecemos nada, não sabemos nada? Tem pessoas que têm a porta de entrada e querem impor as suas ideias. Façam o debate público. Acho que está na hora de a cidade de São Paulo ter debate público. Foi essa a herança do Bruno Covas: não dialogar com a sociedade, fechar as portas, não ter diálogo.

Em audiência pública – terminando -, não estou falando em desabafo psicológico, mas em participar da política pública, execução; política pública em cultura é desenvolvimento

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

da cidade.

Eu quero saber o quanto é de orçamento, quero participar desse orçamento e quero executar também junto com a sociedade civil, Legislativo e Executivo. Não pode ser um grupo fechado de amigos, certo.

Eu acabo por aqui. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Rapper Pirata.

O Vereador Atílio Francisco está nos acompanhando atentamente, o nosso nobre Relator; também esteve por aqui o Vereador Rodrigo Goulart, Vereador Fernando Holiday.

O SR. RAPPER PIRATA – Desculpe-me a falta de educação. Eu me esqueci: o Break está nas Olimpíadas, geração de trabalho, são 5 milhões para o Bolsa Atleta que não tem na cidade, e colocar no PPA esses 5 milhões na Secretaria de Esportes. Break é Olímpico. Vamos fazer o quê, Vereadores?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Registrado. Sr. Francisco Eduardo.

O SR. FRANCISCO EDUARDO BODIÃO – Presidente, a minha participação é para reivindicar a atenção para o orçamento do meio ambiente. Meu nome é Francisco, apelido Chicão. Sou integrante do Fórum Verde Permanente de Parques, Praças e Áreas Verdes da cidade de São Paulo.

Como Fórum, venho pedir a ajuda desta Casa para recuperação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da cidade e sua estrutura funcional e de orçamento para que a secretaria possa cumprir com o seu papel que a cada ano se torna mais complexa. Em 2010, o orçamento de SVMA correspondia a 1% do orçamento total da cidade; de lá para cá, esse percentual vem diminuindo drasticamente, chegando em 2021 a um percentual de um pouco mais de 0,3%.

O Fórum Verde apresentou essa demanda do aumento do orçamento do verde para 1% na Carta Compromisso que foi formulada no ano passado e apresentada às candidatas e aos candidatos ao Executivo e à Câmara dos Vereadores. O Prefeito Bruno Covas assinou a nossa Carta, assumindo o compromisso de retomar o patamar de 1%.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

Com o PL do orçamento envidado pelo Executivo a esta Casa, neste momento, a proposta é que o orçamento do verde suba de 0,36% para 0,55%. O Fórum Verde saúda esse passo importante do Executivo, na direção de retomar o patamar de, no mínimo, 1% do orçamento da cidade, para que o meio ambiente da cidade possa ter uma atenção ampliada.

Contamos com os Vereadores e Vereadoras para que esse percentual seja mantido ou ampliado para 2022. Sem a qualificação orçamentária, sem a restituição do seu quadro funcional e de carreiras, SVMA vem perdendo, ano a ano, a capacidade de cumprir com o seu papel, que deve sem complementado e apoiado através da participação social, a partir dos CADs e dos Conselhos Gestores de Parques que precisam ser respeitados no cumprimento de suas funções e capacidades de fazer o controle social da gestão pública.

É isso, Presidente. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Francisco. Agora, Sr. Fabio Siqueira, presencial.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Boa tarde, Sr. Vereador Jair Tatto, Presidente da Comissão; Vereador Sidney Cruz; Sra. Vereadora Janaína Lima; representantes das Secretarias, do Tribunal de Contas da Municipalidade, especialmente, população presente e virtual nas redes.

Realmente, é uma situação – há vinte anos isso acontece – quando se discute o orçamento, o PPA, LDO, Plano de Metas, são muitas peças.

Parece que, na teoria, tudo é bonito, mas, na prática, não o é. Vou dar um exemplo sobre isso: todos parecem que consideram que o CEU, Centro Educacional Unificado, é uma coisa importante. Ele atende os bairros mais pobres da cidade de São Paulo.

Tomamos um grande susto em saber que, para um equipamento que tem educação, esporte, cultura, primeira infância, é ignorado no orçamento. Vou dar dois exemplos para não tomar muito tempo da fala: no ano passado, a dotação 2401, manutenção e operação de CEUs, programa de metas 23A, da Secretaria de Educação, foi orçado 105 milhões aproximadamente. Sabem quanto foi liquidado? Em doze meses no ano passado: 294 mil reais, 0,2% para um tópico tão importante que atende a criança, a mãe de família mais pobre da cidade de São Paulo.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

Realmente, a Gestão Bruno Covas foi péssima no sentido social, muito ruim. claro, vindo de quem vem, do seu cabeça de chapa em 2016, João Dória Júnior, um dos piores Prefeitos e Gestores da história deste país, não era para dar coisa diferente.

Não é à toa, Vereadora, que seu colega de partido Filipe Sabará foi um dos piores Secretários de Assistência Social de todos os tempos. Não conseguiu nem ser candidato a Vereador pelo seu partido no ano passado. Realmente, é um descalabro. A população tem que melhorar muito para poder votar.

Como também tivemos, no Tribunal de Contas, um Vereador da Casa que foi eleito dia 15 de novembro e, em dezembro, já estava no Tribunal de Contas, o nome dele é Eduardo Tuma. Quer dizer, eu acho que ele iludiu o seu eleitorado e o seu partido, e a municipalidade inteira, porque ele ganha a eleição e já vai nem assume o mandato.

Então, os problemas da democracia brasileira e paulistana são muito graves; causam também o agravamento da situação social das cidades e deste país.

Continuando no exemplo dos CEUs, o orçamento deste ano de 2021 é mais assustador: temos construção e implementação de CEUs 3363, 10 milhões, nada executado nem empenhado existe mais; ampliação, reforma e requalificação dos mesmos CEUs, 6 milhões e meio de reais, também nada executado; construção de creches para este ano de 2021, dos 10 milhões aprovados, liquidados 271 mil reais, 0,2%.

Se, na área de educação que é o maior orçamento, mais de 30%, a dotação do CEU não é executada, quiçá as outras áreas: meio ambiente, esportes, idosos, talvez, esse ano foi o que menos se falou em direitos dos idosos nessas audiências públicas, em vinte anos em que nós acompanhamos, ao ponto de a área da saúde praticamente não ter apresentado as demandas e os projetos para o quadriênio em relação a terceira idade, especialmente, na questão da prevenção à saúde do idoso. Fora, ontem, que foi revelado aqui que o orçamento do idoso não está sendo executado. Será que o idoso não é prioridade? Evidente que para a gestão neoliberal de Dória, Bruno e Ricardo Nunes jamais o idoso vai ser prioridade.

Para concluir, realmente, as coisas só vão mudar, quando, por exemplo – minha

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

crítica ao Poder Legislativo -, começar a discutir vetos, porque o Prefeito veta; já há dez anos não se derruba um veto na municipalidade.

É uma situação muito vexatória, vergonhosa mesmo. Esperamos que para os próximos anos isso melhore.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Fabio, por onde anda a dona Maria de Jesus?

O SR. FABIO SIQUEIRA – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Maravilha. Saudades dela. Todos se lembram dela.

Sra. Claudia Santana Martins.

A SRA. CLAUDIA SANTANA MARTINS – Bom dia a todes. Eu falo em nome do Fórum Verde Permanente de Parques, Praças e Áreas Verdes e, também, do Conselho Gestor do Parque da Aclimação.

O Fórum Verde vem defendo já há algum tempo o aumento no percentual destinado à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente no orçamento municipal. Nós defendemos que esse valor retorne, no mínimo, ao que era em 2010. Ou seja, 1% do orçamento.

Neste ano, estamos vendo que está previsto um aumento de 0,37% a 0,55%. Reconhecemos que, embora ainda esteja aquém do necessário, é um avanço.

Como Conselheira, eu acompanho o dia a dia do meu parque, e, como membro do Fórum Verde, estou em contato com Conselheiros de vários outros parques. O que verifico é que quase todos os parques enfrentam problemas decorrentes da falta de verbas da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Há uma escassez absoluta de funcionários em todos os níveis. Atualmente, a Secretaria não está nem mesmo publicando as atas dos conselhos gestores de parques, o que é, inclusive, um desrespeito à lei. Na administração do Parque da Aclimação estamos há meses com o computador em condições precárias. Muitas vezes, o administrador não pode nem enviar os documentos oficiais, porque o computador não está funcionando.

Não há também funcionários nos parques para fazer os serviços mínimos de limpeza

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

ou manejo. Então, não há verbas para o conserto dos equipamentos dos parques. Em consequência, os nossos parques estão se deteriorando, sendo que muitos estão em situação de abandono. É preciso que o Poder Público reconheça o papel estratégico das áreas verdes na questão da saúde pública, promovendo investimentos para implantação, manutenção e manejo dos parques, praças e áreas verdes.

É preciso também garantir que o valor que esteja no orçamento seja executado, como disse o Sr. Fabiano, ou seja, que o valor reservado ao verde seja realmente destinado à melhoria do meio ambiente.

Durante a pandemia, o papel dos parques, praças e áreas verdes na saúde e bem-estar psicológico da população ficou ainda mais claro. Além disso, diante da emergência climática que já estamos enfrentando, é preciso ter em conta que as áreas verdes auxiliam na regulação da temperatura do seu entorno. A presença de áreas verdes cria um sistema natural capaz de absorver a água da chuva, filtrar sedimentos do solo e reduzir custos com saneamento e saúde pública.

Portanto, mais do que nunca é hora dos Vereadores da Cidade apoiarem essa causa. Todos por 1% no orçamento para a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Claudia. Vamos seguindo. Presencial, José Maria Carvalho, da Cooperativa Paulista de Dança.

O SR. JOSÉ MARIA CARVALHO - Bom dia, Vereador Tatto.

Cumprimento todos os Vereadores, os colegas aqui da cultura. Meu nome é Zé Maria Carvalho, eu sou um artista da dança há 40 anos nessa cidade. Estou vice-presidente da Cooperativa Paulista de Dança, na verdade Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Dança da cidade de São Paulo. Também faço parte dos movimentos culturais da cidade de São Paulo.

Os movimentos culturais esse ano realizaram a primeira conferência livre popular de cultura, realizando uma tarefa que a Secretaria não vem fazendo já nos últimos seis anos, que é chamar uma conferência de cultura. Foi feito um mapeamento através de 20 pré-conferências

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

setoriais e 9 pré-conferências regionais.

Então, quando o movimento vem aqui pedir 1,1% para a cultura em 2022 e 3% escalonado para a cultura até 2025 não é uma viagem, não é um número saído do nada. O movimento vem estudando o orçamento e fez essa lição de casa, que é fazer a conferência e ver as demandas, debater com a cultura. A cooperativa está aqui junto, fazendo parte do movimento, pedindo os 3% escalonados para a cultura até 2025, 1,5% para a cultura, em 2022.

Na última audiência, a Secretaria anunciou que a dança teria nove milhões. Só que a conta não fecha, são 30 projetos com um teto de 400 mil, seriam no mínimo 12 milhões. Então, o que vai acontecer é o que já está acontecendo esse ano. Você aprova o projeto e depois a comissão julgadora tem que lapidar, tem que tirar ali 20, 30% de cada projeto, tornando muitos projetos irrealizáveis.

A dança está pedindo 15 milhões para o programa de fomento à dança, que é um programa para as danças cênicas; dez milhões para um novo programa que a dança está construindo para fazer justiça com as danças não cênicas, danças sociais, danças étnicas, todo setor que trabalha com a tradição da cidade de São Paulo, que não têm acesso a exatamente nada há muito tempo.

É preciso reparar esse dano e um milhão e meio para o CRD, importante centro da dança, é onde nasce a dança aqui em São Paulo e no Brasil, tem 70 anos o CRD. Tinha um orçamento de um milhão e meio e foram executados 200 mil. Então, assim, é importante que a gente repare esse desmonte que aconteceu na gestão Doria-Sturm, na ordem de 50% do orçamento da dança.

Muito obrigado. Até mais. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Zé. Maria Aparecida Silva. (Pausa) Sylvia Rachel Mielnik. (Pausa) Gustavo Pellegrini Baptista Ferraz Dias.

O SR. GUSTAVO PELLEGRINI BAPTISTA FERRAZ DIAS - Consegue me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Sim. Tem a palavra, Gustavo.

O SR. GUSTAVO PELLEGRINI BAPTISTA FERRAZ DIAS - Muito obrigado, Sr.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

Presidente. Vou começar cumprimentando todos os munícipes e Vereadores, o pessoal da Secretaria da Fazenda também. Muito obrigado pela apresentação.

A minha fala aqui vem no sentido mais do tratamento de dados sobre o orçamento. Eu, durante esse ano, criei um projeto de visualização de dados do orçamento da Prefeitura e gostaria de fazer alguns comentários sobre coisas que foram alguns obstáculos que eu descobri no meio do caminho, explorando a base de dados. Acho que poderiam contribuir para o Poder Executivo algumas questões que podem ser aprimoradas.

Primeiro de tudo, o acesso é muito difícil para pessoas que não têm uma (ininteligível) educação ou habilidade técnica. Então, o portal da transparência tende a ser um pouco intuitivo. A identificação dos dados também, por exemplo, o nome das despesas, quando você não tem um identificador comum entre despesas que foram feitas em anos diferentes.

Algumas vezes esses nomes podem mudar e parece que aquele gasto deixou de existir de um ano para o outro, quando na verdade só mudou de secretaria ou então só mudou alguma coisa no nome muito diminuta. Isso faz com que a visão da informação fique muito prejudicada e muito defasada.

Então, eu acho que a gente poderia ter um cuidado com a base de dados melhor e uma boa parte dessa melhoria poderia ser conquistada por uma maior participação da sociedade. Então, incluir mais pessoas, mais desenvolvedores voluntários para ajudar, gerando visualizações mais inteligentes, mais intuitivas, mais didáticas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Conclua, Gustavo, por favor.

O SR. GUSTAVO PELLEGRINI BAPTISTA FERRAZ DIAS - Claro. Então, só para concluir, reforçar essa necessidade de melhorar a didática dos dados, melhorar a acessibilidade e a participação. Existem muitos exemplos ao redor do mundo de projetos que conseguiram fazer isso de maneira muito eficaz. Tenho certeza de que São Paulo tem total capacidade de implementar as mesmas soluções.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado. Martha Delbuque Pimenta. (Pausa)

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

Angela Martins Baeder. (Pausa) Alessandro Azevedo.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO - Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - O Alessandro está aí?

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO - Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Alessandro, agora eu vou corrigir, eu estava dando uma de "migué", porque a vez agora era do presencial. Então, deixa eu chamar. É que de fato muitos ficam de fora.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO - Tudo bem, tudo bem, passa para o presencial e eu falo na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Já até agradeço a colaboração. É a Cecília Luzs. Em seguida, o Alessandro.

A SRA. CECÍLIA LUZS – Boa tarde a todes. Quero cumprimentar os Vereadores, em nome do Jair Tatto, quero cumprimentar meus camaradas de movimento, os que estão presentes e os que estão *on-line* também. (Palmas)

Eu sou Cecília Luzs, técnica de som, faço parte do coletivo Mulheres do Áudio, represento o Movimento SOS Técnica SP, que faz parte dos movimentos culturais da cidade de São Paulo. Nós pedimos 3% do Orçamento para a Cultura, sendo 50% para as periferias. Pedimos também a regulamentação do Conselho Municipal de Cultura, e com urgência o PL 343.

Os técnicos estão há dois anos sem trabalho, e a retomada colocou em evidência a fragilidade da categoria, que devido à extrema necessidade aceita receber 1/3 do piso salarial quando tem trabalho. Muitos técnicos estão endividados, venderam seus materiais de trabalho, estão em situação de extrema vulnerabilidade. Então nós pedimos encarecidamente ao relator que olhe com carinho para a dotação no valor de 2 milhões de reais de amparo à técnica. E pedimos aos Vereadores que se esforcem para aprovar tal alínea no PLOA.

Pedimos também a criação de uma rubrica exclusiva para os técnicos, o fomento à técnica. A maior cidade da América Latina, o seu polo cultural, precisa ter políticas públicas

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

estruturantes para os profissionais que atuam nos bastidores, sendo necessário e fundamental para a segurança e qualidade de qualquer apresentação cultural, valorizem a equipe técnica.

Eu aproveito para chamar todos os munícipes para o ato pró Cultura amanhã, às 15h, em frente à Prefeitura.

Muito obrigada! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Atenção subcomissão, farão constar uma rubrica específica Fomento à Técnica, aos técnicos e técnicas de som.

Alessandro Azevedo, Palhaço Charles.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO – Boa tarde, Jair. Em seu nome, quero cumprimentar todos os parlamentares presentes, os representantes das secretarias, saudar os meus companheiros e companheiras de movimento, dos movimentos culturais da cidade de São Paulo. Relembrar as nossas bandeiras principais, consensuais, que são: 3% para a Cultura, metade para a periferia, isso de forma gradual será apresentado no PPA; aprovação imediata do PL 343; e aprovação do Conselho Municipal de Cultura para que consigamos implementar o Sistema Municipal de Cultura.

Aproveito a oportunidade da presença do representante da Secretaria de Finanças, já que foi falado sobre a questão da execução orçamentária, na Secretaria Municipal da Cultura, e acredito que outras secretarias possivelmente vivenciam o mesmo problema, há déficit de servidor público. É necessário concurso público, a Secretaria Municipal de Cultura não executa o seu orçamento também por falta de servidor público, as pessoas estão se aposentando e não tem concurso público. Então, vamos fazer isso.

Outra questão, a Secretaria de Finanças normalmente congela o orçamento da Cultura, assim como de outras secretarias, e também não executa o orçamento aprovado nesta Casa, que é a Casa do Povo, que temos a representação. A gente aprova um orçamento nesta Casa e não temos o orçamento executado por conta da Secretaria de Finanças. A nossa reivindicação para essa PLOA de 2022 é sair do patamar de 0,7% encaminhado à Casa para 1,1%, que significa em termos orçamentários sair de 616 milhões, arredondando, para 878

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

milhões, o equivalente a 263 milhões a mais.

Aproveito também que o Vereador Sidney está presente para solicitar que marcássemos imediatamente uma reunião para discutirmos o PPA. Sidney, estamos aguardando que seja marcada essa reunião para discutirmos o PPA. Nós já fizemos a lição de casa, tanto para PLOA quando para PPA.

Aproveito e convido a todos presentes, tanto *on-line* quanto presenciais, para o ato que acontecerá amanhã em frente à Prefeitura, às 15h, ato em apoio a essas bandeiras: 3% para a Cultura, aprovação do PL 343, e o Sistema Municipal de Cultura.

A Prefeitura de São Paulo não executou, não aprovou nenhum projeto emergencial para os trabalhadores e trabalhadoras da Cultura. Então a única coisa que aconteceu em São Paulo foi a Lei Aldir Blanc do Governo Federal. Então, Prefeitura de São Paulo, vamos aprovar o PL 343.

Aproveito para citar agora rapidamente Pepe Mujica: “A luta que se perde, é a luta que se abandona, não podemos viver sem esperança”. Então, nós, movimentos culturais da cidade de São Paulo temos esperança de aprovar a nossa proposta, a nossa contraproposta para a APL 2022.

Muito obrigado. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Dr. Sidney Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Sidney Cruz) – O próximo inscrito é Marcos Muniz Sousa, de forma virtual. (Pausa) Próximo inscrito presencial é o Sr. Felipe Henrique Fernandes. (Pausa) Próximo inscrito de forma presencial, Osmar Araújo. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. OSMAR ARAÚJO – Eu não sou artista, não estou acostumado a ficar aqui no palco. Então, o pessoal fica falando isso daí, depois toma bronca porque você não acertou o microfone, do pessoal da técnica. Não pode falar rubrica também, gente! (Risos)

Queria saudar os Vereadores, as Vereadoras aqui presentes, todos que nos escutam, meus colegas de movimento, todos os munícipes, os representantes das secretarias.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

Sou Osmar Araújo dos Movimentos Culturais da cidade de São Paulo, do Fórum dos Pontos de Cultura da capital e do Fórum Cultural da zona Norte, de onde eu venho, aonde tem a organização que participo, Mudança de Cena.

A Cultura da cidade de São Paulo precisa deixar de ser tratada na seara da política de ocasião porque só nos prejudica. Se queremos uma Capital Mundial da Cultura é necessário implantar no próximo ano as políticas públicas estruturantes do setor, que é o Conselho Municipal de Política Cultural, que já estamos negociando nesta Casa faz mais de ano; o Plano Municipal de Cultura, que vem sendo negligenciado, e o Fundo Municipal de Cultura que tem um PL aqui, parado na Casa.

Agora, nesse finalzinho de ano, o PLOA e o PPA, substitutivo que os movimentos culturais estão propondo, uma elevação de 1,5% no orçamento do PLOA e 3% para o PPA até 2025. No PLOA deste ano destaco 15 milhões para os Pontos de Cultura, porque sou do Fórum de Cultura da Capital; 3,5 milhões para Redes e Ruas, que é um edital transversal que atinge todos os segmentos da Cultura da cidade de São Paulo; 10 milhões para o edital de Teatro para infância e juventude. Também falar que seria necessário pelo menos 3 Casas de Cultura, só de saída, no PPA estamos pedindo uma casa para cada 120 mil habitantes da Cidade, só temos 20 Casas de Cultura na cidade de São Paulo; e aí três Casas para a zona Norte porque o PPA diz que a região da Brasilândia, Damasceno, é uma região de alta vulnerabilidade e faltam equipamentos culturais para lá. Destaco também, por exemplo, agora me fugiu o nome... é a rua do cemitério no Fontalis, ali precisava de um equipamento cultural naquela região. Porque todo mundo olha para o Tremembé e vê aquele bairro bacana, que tem todos os fortes apaches da PM ali e tal, mas não olha para trás do Tremembé.

Também, e sobretudo, uma política emergencial para a cultura, estamos pedindo na rubrica emergencial 70 milhões.

Para finalizar, voltar a falar que feliz o dia quando todos os 21 setoriais que estão presentes no Conselho Municipal de Política Cultural, que nós estamos propondo os assentos, tiverem o mesmo orçamento da Funda Theatro Municipal. Esse orçamento é a expressão do

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

racismo estrutural que vivemos, porque lá está, nesse orçamento, a gente prioriza a arte erudita europeia em detrimento de todas as outras artes e culturas da cidade de São Paulo.

Três por cento para a Cultura, metade para as periferias.

Obrigado. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, mestre.

Flávia de Barros Moreira Pires, tem a palavra.

A SRA. FLÁVIA DE BARROS MOREIRA PIRES – Presente, Jair. Muito obrigada.

Meu nome é Flávia Pires, sou do Movimento Cultura Gorda, sou do Samba Plus Size, também sou do Movimentos Culturais da cidade de São Paulo e a gente está aí defendendo os 3% de aumento para a cultura, a PL 343, o Conselho Municipal de Cultura, uma resolução dos atrasos.

Também defendendo a questão das contratações híbridas, tanto as pessoas gordas como as pessoas PCD são grupo de risco e elas precisam continuar trabalhando. O hibridismo é democrático, ele dá oportunidade de trabalho a todes.

Eu venho fazer um convite ao Vereador Jair Tatto, ao Vereador Suplicy, a todos os vereadores presentes. Venho, em nome do Movimento Cultura Gorda, convidá-los a serem coautores do primeiro estatuto de inclusão da pessoa gorda, de inclusão e proteção da pessoa gorda. O porquê desse estatuto? A gordofobia atinge todas as esferas sociais. Ela nasce desde a primeira esfera, que é a familiar, e ela leva o gordo ao suicídio pela total falta de proteção e direitos da pessoa gorda.

No trabalho, de cada dez empregadores, sete não contratam pessoas gordas. De cada dez concursos públicos, oito não contratam pessoas gordas. A gordofobia médica afasta e cria traumas psicológicos horríveis aos gordos procurarem a saúde. Roupa para gordo é muito difícil de achar; as roupas são caras. Cultura gorda não existe.

A gente vem apresentando uma proposta de fomento à cultura gorda de apenas um real por cidadão gordo. Nós somos, de acordo com o Ministério da Saúde, 56% da população

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

brasileira. O Estado não deu conta de que nós somos 56% da população brasileira. O mercado não deu conta de que nós somos 56% da população brasileira. E a gordofobia leva ao suicídio por essa total falta de direitos e proteção.

Então eu queria fazer esse convite aos vereadores, que sejam coautores do primeiro estatuto de inclusão e proteção da pessoa gorda, e venham fazer essa frente com a gente. E pelo fomento da cultura gorda, de sete milhões pela cultura gorda. A gente tem quadrilhas gordas, a gente tem teatro gordo, a gente tem música gorda, a gente tem poesia gorda.

Só para dar um exemplo do que acontece, a gente tem, dentro Samba Plus Size, um refrão de uma história real de uma adolescente de 17 anos que sofreu *bullying* nas escolas, e esse refrão diz assim - é muito rápido: (Cantando) Tirei minha vida no banheiro da escola. Não aguentei porque estava ferida. No banheiro da escola eu tirei a minha vida. No banheiro da escola eu tirei a minha vida.

Essa adolescente tirou a vida por ser gorda. Isso não pode mais acontecer.

Obrigada, Jair.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Certamente a subcomissão está com esse registro também para acrescentar dentro da lógica geral do Orçamento. *Okay*, nobre Sub-relator?

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Positivo, Presidente. Fazendo as anotações necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Naná Roots. (Palmas)

A SRA. NANÁ ROOTS – Boa tarde, família. Boa tarde a todas as vozes que me antecederam, todas fortes e me representam. Boa tarde à Mesa, à Casa e a todos que estão acompanhando virtualmente ou presencialmente.

Sou Naná Roots, do Instituto Reggarte, uma residência inclusiva, e nós lutamos, juntamente com o Movimento Cultural da Cidade de São Paulo e junto ao GT do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, para que os artistas com deficiência não recebam um "muito obrigado" na hora de uma contratação, porque é isso que acontece conosco.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

A questão do híbrido é uma questão extremamente importante para nós. Nós estamos trabalhando, continuamos as atividades, mas não de uma forma presencial por causa da baixa resistência das pessoas que têm algum tipo de deficiência. Não queremos correr riscos, então quando não nos oportunizam estar junto através do híbrido, calam a nossa voz, calam a nossa arte.

Eu tenho uma questão muito importante. No ano passado nós lutamos por uma rubrica para a cultura PCD. Neste ano nós estamos novamente pedindo essas rubricas. Mas no ano passado, na luta, a gente também lutava por um orçamento para a implementação definitiva do nosso Conselho Municipal de Cultura, um conselho de extrema importância nesta cidade. E houve recurso destinado para isso. Chegamos ao final de 2021 e não aconteceu esse conselho, mesmo uma pré-conferência e uma conferência realizadas pelos movimentos culturais. Então esse recurso foi destinado para isso e não foi utilizado.

A minha grande questão com relação a Finanças é essa. Eles têm um recurso para a cultura, não cumprem todo o valor, congelam parte disso. E isso acontece ano após ano após ano após ano. Então eu gostaria de pedir exatamente que se executem esses recursos. Nós pedimos, pedimos, pedimos porque, sim, precisamos que esses recursos cheguem principalmente nas pontas, onde estamos abandonados e esquecidos.

Muitas casas como a nossa estão numa região de alta vulnerabilidade social. É uma casa de cultura inclusiva e sem um olhar desse sistema. Por isso eu acho extremamente importante cumprir essa LOA, porque ela nunca é cumprida, ela é congelada, ela destrinchada, mas não se cumpre.

Eu acho que, se cumprisse, já iria nos ajudar muito. Nós pedimos para a cidade de São Paulo, a maior cidade da América Latina, acessibilidade. Não é possível mais caminhar com tantas barreiras. Para isso, o dinheiro tem que ser executado, não adianta estar só no PPA ou na PLOA, tem que ser executado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Naná.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

Alexandre Pariol Filho. (Pausa) Mauro Claro.

O SR. MAURO CLARO – Sim, estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mauro, três minutos.

O SR. MAURO CLARO – Pois não.

Eu falo em nome do Clube de Pesquisa de Questões Urbanas, é um grupo de pesquisa da Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie e nós assessoramos a Associação Popular dos Moradores do Jardim Piratininga, na Penha.

Nós temos participado de todas as audiências que têm havido para ressaltar e reafirmar a importância da aprovação, da manutenção, aliás, da emenda que diz respeito à emenda de investimento 1983, que diz respeito à drenagem do Jardim Piratininga e da Colina do Cangaíba. É um projeto muito importante que foi aprovado pela população da Penha, que foi aprovado pela Secretaria de Finanças e considerado viável pela Siurb. Nós gostaríamos então de ressaltar a manutenção desse projeto.

Nós fizemos um estudo, uma previsão de orçamento para o projeto completo, que é a macrodrenagem da Colina do Cangaíba, da Avenida Dr. Assis Ribeiro. E a Rua Adelina Linhares que entra no Jardim Piratininga, que é onde ocorrem as enchentes e as enxurradas a cada verão, agora, a partir de dezembro, nós demos um orçamento, uma estimativa justamente de dois milhões de reais.

Possivelmente esse valor será o montante necessário para essa obra, a qual precisaria ser contratada, em 2022, para que ela possa ser executada entre 2022 e 2023. Já no verão de 2022, com uma parte da obra executada, a enxurrada que varre a Rua Adelina Linhares seja mitigada fortemente. Esse é o primeiro investimento.

O segundo investimento que nós queríamos, esse sim, esse foi aprovado na Penha, mas não foi considerado completamente viável pela Secretaria de Finanças e pela Sehab – aliás, Sehab também considera viável. A questão é que precisa ser inserido no Orçamento de 2022.

Trata-se da organização de favelas e comunidades nos Distritos Cangaíba e Penha, que são: Jardim Piratininga, Caixa d'Água, Arizona, Buerú e Chaparral. É preciso alocar recursos

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

para que Sehab e SP Urbanismo possam fazer o planejamento para a urbanização dessas comunidades de favelas. Isso exigirá um tempo, naturalmente, em 2022, para que esse trabalho seja feito.

Nós, enquanto assessores da Associação Popular de Moradores do Jardim Piratininga estamos trabalhando em planos. Temos planos e projetos parte do Jardim Piratininga, que poderemos contribuir com isso sempre. Esse é o nosso objetivo.

Por fim, só mais um investimento, nós marcamos ele não foi considerado viável, mas se trata planos para que possamos verificar que existem duas SEIs para asfaltamento de ruas no Jardim Piratininga, emendas federais e municipais já aprovadas e estão na Secretaria da Fazenda. Nós gostaríamos de ressaltar a importância de a Secretaria da Fazenda liberasse essas emendas. Tenho os números das SEIs aqui, posso colocar no *chat*.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Mauro.

Aurélio Prates. Faltam quatro. Tem a exposição da Janaína e as conclusões, depois tenho de retomar a Comissão de Finanças.

O SR. AURÉLIO PRATES - Boa tarde a todas, todos e todes. Quero saudar a Mesa, Sidney Cruz, Jair Tatto, a todos os presentes, a Janaína. Quero também saudar as Vereadoras travestis desta Casa, Erika Hilton, Carolina Iara, ao homem trans, também, Thammy Miranda e dizer que há mulheres travestis, nesta Casa, aqui na Câmara Municipal.

Quero começar falando o que foi dito aqui sobre o meio ambiente, além da função cultura, eu também sou de uma luta ambiental. O saudoso Parque dos Búfalos que o Sidney Cruz conhece muito bem, na Cidade Ademar, que é um território onde ele está bastante presente.

Além do Parque dos Búfalos, por favor, Sidney Cruz, dê uma atenção cabida ao Parque Sete Campos, que está às traças. Você sabe muito bem porque você visita, frequenta o Parque Sete Campos.

Quero dizer que o Parque dos Búfalos, já oficializado parque, ainda está com processo de licitação travado. É preciso, Sidney Cruz, da sua atenção. Ainda mais que é um

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

território que você conhece, que você tem sede, enfim. Por favor, dê atenção.

É vergonhoso uma cidade de São Paulo que passou uma crise, entre aspas hídrica, porque a gente sabe que é uma má gestão da água, e a gente não ter a devida atenção da Secretaria Municipal do Verde. Passou da hora de passarmos 1%. Quando que o meio ambiente vai ser prioridade nesta cidade chamada do concreto?

Por favor, dê atenção cabida às áreas verdes, em principal aos territórios periféricos. Vamos saudar o Parque Augusta, mas vamos pensar que as nossas Represa Billings e Guarapiranga estão sendo devastadas pela especulação da terra.

Também dizer que é lindo ver a Secretaria da Fazenda mostrar os gráficos, as arrecadações, mas, quando chega na ponta, Srs. representantes da Fazenda, a gente não tem a implantação devida do dinheiro público onde sangra.

Quero citar os blocos de ocupação, por exemplo, a ocupação Cita na Praça do Campo Limpo, a ocupação do Ouvidor na 69, a ocupação Mateus Santos que bravamente estão lá em Ermelino Matarazzo.

Quero dizer que essas ocupações tiveram, além da cultura nesse período de pandemia, uma função social onde todas essas ocupações – a 9 de Julho, que faltou citar – eles têm uma questão social muito grande. Porque nós, enquanto trabalhadores da cultura, olhamos as pessoas a nossa volta, nos solidarizamos com a vulnerabilidade que as pessoas estão passando pelo período de pandemia.

Aí, novamente dar o recado à Sra. Secretária Aline Torres, que quando a gente pede a aprovação do PL 343, a Sra. Secretária, na penúltima audiência, disse para a gente pensar no plano B. Sra. Secretária, olhe com atenção para os espaços periféricos. Se você olhar com atenção, você vai endossar, como o Jair Tatto e o Eduardo Suplicy falaram que vão endossar para que caminhe o PL 343 porque há pessoas morrendo, em situação de vulnerabilidade, que precisam ser olhadas com atenção. Sra. Aline, não há plano B para o PL 343.

Para finalizar, Sidney Cruz e os demais Vereadores presentes, a programação das nossas Casas de Cultura, nós só temos 300 mil anos, ou uma média de 25 mil reais/mês, na

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

programação.

Na contramão, é sabido que o Theatro Municipal, o Danilão esteve aqui, falando sobre Theatro Municipal, tem 125 milhões. Louvável, a gente aplaude 125 milhões para o Theatro Municipal, mas os nossos 32 territórios periféricos merecem o mesmo carinho que a Fundação São Paulo e que a Fundação Theatro Municipal têm.

Na contramão, você tem 125 milhões. É sabido, Sr. Vereador Sidney Cruz, que as Subprefeituras Sé e Pinheiros detém 51% dos equipamentos culturais do Município. Você sabe que, em Cidade Ademar, zero. É só um exemplo.

Qual é a prioridade pensando políticas públicas, pensando os territórios periféricos?

Adoraria que a Fazenda fiscalizasse que, por exemplo, a gente não tem 100% do valor orçado e aprovado em PLOA aqui nesta Casa não tem a execução do orçamento da Cultura executado.

Então a gente quer saber de Finanças, do Tribunal de Contas do Município e dos Srs. Vereadores que devem fiscalizar o dinheiro público, por que a Secretaria Municipal de Cultura não empenha 100% da lei que vocês, Srs. Vereadores e relatores de finanças aprovaram no ano anterior? Por quê? Há má vontade política. Que cidade cultural somos esta, Ricardo Nunes?

Eu quero crer, com muita sinceridade que eu, Aurélio Prates digo, Sr. Ricardo Nunes, nós, trabalhadores da cultura, queremos ser surpreendidos por uma boa gestão do senhor. Nós não estamos aqui para apedrejá-lo e aos seus secretários. Pelo contrário, estamos como trabalhadores, como outros aqui, para colaborar com uma boa execução orçamentária do Município de São Paulo.

Obrigado a todos. Três por cento da Cultura, 50% para os territórios sangrados periféricos.

Obrigado a todos, obrigado Sidney Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bia Rangel. Bia, me ajude com o tempo, por favor.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

A SRA. BIA RANGEL – Boa tarde a todos, todas e todes. Agradeço aos Vereadores presentes, aos que estão na Câmara e virtualmente também. Eu me chamo Bia Rangel, sou trabalhadora da Cultura, no segmento da dança, participo da articulação pelo Centro de Referência da Dança e dos movimentos culturais da cidade de São Paulo. Sinto-me contemplada na fala dos colegas e reforço nosso pleito de 3% do orçamento da cidade para a Secretaria de Cultura, sendo metade para as periferias. Reforço também a necessidade desta Casa poder dar andamento à aprovação imediata da Lei de Emergência Cultural do Município, PL 343. Está em discussão, precisa dar encaminhamento para isso e o Conselho Municipal de Política Cultural.

Como foi dito aqui, temos feito reuniões, assembleias deliberativas para reflexão, discussão e decisão sobre o orçamento olhando as rubricas no segmento da Cultura. No segmento da dança, na LOA de 2022 existe uma reivindicação nossa do fomento à dança para 15 milhões de reais; um programa de movimento a danças, que inclui também danças não cênicas no valor de 10 milhões – a inclusão dessa rubrica. Para o CRD - Centro de Referência da Dança - 1 milhão e meio. Lembrando que esse valor já foi aprovado na LOA 2021, mas não foi executado.

Olhando os indicadores do PPA aqui discutidos também em relação aos indicadores no Centro de Referência da Dança, o PPA propõe um aumento mais de 400% na quantidade de atividades do equipamento. No entanto, a proporção do aumento do orçamento vai apenas a 5% por ano, um valor que não vai cobrir nem o reajuste, a correção inflacionária, que este ano está fechando, provavelmente, em 10%. Ano que vem, estima-se que esteja um pouco melhor.

Como estão sendo feitos esses indicadores? Essa é minha questão, porque o orçamento correspondente, só para o Centro de Referência da Dança, seria da ordem de 400% a mais de orçamento. Questiono, por que que não se coloca, como indicadores, a implementação de canais de participação da gestão nesses equipamentos culturais? Por exemplo, no Centro de Referência da Dança, é antiga a reivindicação para a instalação de um conselho do equipamento. Foram abertas eleições em 2020 para conselheiros e nunca foi concluído esse processo. Existe a Lei das Casas de Cultura e para os centros culturais e centros de referências, centros de

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

memórias ainda não está colocada, como lei, a instituição desses conselhos. Acredito que isso deveria ser um indicador.

O CRD atende milhares de pessoas de toda cidade de São Paulo e da grande São Paulo. São jovens e veteranos que tem uma pluralidade nas danças na cidade São Paulo. São pessoas e coletivos que estão se formando como trabalhadores que apresentam e difundem seus trabalhos de dança e também podem fluir a dança. Existe a necessidade de melhorias das salas cênicas, chamamentos com orçamento participativo para amostra dos coletivos que ensaiam e os conselhos de equipamentos, dentre outras demandas.

Por essa razão, viemos solicitar 1 milhão e meio para esse equipamento e também coloco a questão: por que o Executivo não executa a Lei Orçamentária Anual, aprovada por esta Casa, pelos Srs. Vereadores? E os cortes de orçamento e congelamento não passam por essa Casa, não passam pela discussão da sociedade, são simplesmente executadas de cima para baixo, sem essa discussão.

Agradeço. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Tem a palavra o Sr. Palito.

O SR. RENATO MANOEL DE SOUZA (PALITO) - Bom dia todos. Cumprimento os Srs. Vereadores, companheiros do movimento, pessoal *on-line*. Para quem não me conhece, sou contramestre Palito. Faço parte do Fórum Municipal de Capoeira e Desenvolvimento Culturais da cidade de São Paulo. Ontem foi aniversário do Mestre Bimba. Estou com a camisa dele para homenageá-lo. O Mestre Bimba foi responsável por tirar a capoeira da marginalidade. Foi o primeiro mestre a abrir uma academia de capoeira que, até então, a capoeira era proibida.

Hoje, como representante do Fórum da Capoeira, viemos reivindicar uma rubrica, porque agora esse ano foi aprovado 17 mil para a capoeira nas escolas, só que não tem como ter capoeira nas escolas, se não tiver um orçamento. Como vamos implementar essa lei? Estamos reivindicando 10 milhões de reais para implementação da capoeira nas escolas e mais 1 milhão de reais para a Casa da Capoeira. Foi construída a Casa da Capoeira, via Secretaria do Esporte, só que ela não tem orçamento.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

Como já foi dito, a questão do Theatro Municipal, o orçamento não dá nem para comparar. Lembrando que o Theatro Municipal é fomentado desde 1911, quando foi fundado. Agora, quando é para a Casa da Capoeira ligada à cultura negra, cultura preta, não tem orçamento. É inadmissível.

Temos edital específico, um fomento na Secretaria Municipal de Cultura, que é 5 milhões de reais,para podermos fazer esse fomento para Capoeira na Cultura. Para quem não sabe, nos do Fórum Municipal de Capoeira, fizemos um mapeamento, existem mais de 460 grupos de capoeira no nosso Município. A cidade São Paulo é considerada como a capital mundial da Capoeira. Não há nenhuma outra cidade do mundo com um número de praticantes de capoeira que tem aqui no nosso Município. É inadmissível uma cidade como esta não ter um fomento para a capoeira.

Finalizando minha fala, 3% do orçamento para a Cultura e 2% para cultura negra indígena. Tem que ser uma reparação histórica. Se fizer um estudo do orçamento, nem 2% vai para a cultura negra, indígena. É isso: 3% para Cultura, 2% para periferia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Com a palavra o Sr. Igor do Break.

O SR. IGOR DO BREAK - Boa tarde a todos. Cumprimento os Srs. Vereadores. Serei breve. Isso aqui, todos os anos é a mesma coisa.

Secretaria Municipal de Esportes: estou reivindicando para a questão do Break que virou olímpico, 5 milhões para o Break em 2022; 20 milhões durante quatro anos para o PPA para dar sustentabilidade aos atletas nas Olimpíadas 2024/2026.

Secretaria Municipal de Educação: faço a mesma pergunta da última audiência. Quando será executada a programação do Pró-arte? É o segundo edital que nunca começa, nunca termina, que é para os CEUs.

Secretaria Municipal de Cultura: 3 milhões para execução do Mês do Hip-Hop; 2,5 milhões para a Casa de Hip-Hop; 2 milhões para o Território Hip-Hop. Pedido da efetivação do Conselho Municipal de Cultura.

É isso. Só para registrar. Muito obrigado.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Com a palavra a Sra. Eliane.

A SRA. ELIANE – Obrigada, Sr. Presidente. Primeiro quero registrar que essa questão da inscrição está muito complicada, porque o sistema deve estar com problema. Várias pessoas que tentam entrar, não conseguem. A tela fica rodando, fica branca, daí você não sabe se você se inscreveu ou não. Depois você se inscreve várias vezes e a Secretaria da Fazenda não envia o *link*. Eu, particularmente, estou nessa reunião porque recebi o *link* de uma colega. Pedi que ela intercedesse durante a reunião. Primeiro gostaria de fazer esse parêntese, porque isso complica a participação das pessoas nessas reuniões, além de toda essa questão do tempo de fala totalmente controlado. Entendo o porquê, Vereador Jair Tatto, mas os senhores têm de entender que é muito complicado para nós munícipes, que só têm essa oportunidade de se manifestar, do são pouquíssimas.

Agora vou começar a fazer a minha fala. Eu queria comentar sobre essas questões do processo participativo desse Orçamento, que está tendo muito desrespeito com toda a população. Então, quero revalidar o pedido, as propostas que foram eleitas aqui no CPM Campo Limpo, que foi a questão de habitação popular, e aqui no Pirajussara 7, foi colocado na nossa proposta que foi aprovado, foi considerado viável lá, o Pirajussara 5, para construção de habitação. Então, qual é a razão de vocês pedirem, o Poder Executivo, com o apoio do Poder Legislativo, pedir essa participação da sociedade civil, se essas propostas não são colocadas como prioritárias, como se estabelece na lei.

A lei estabelece que o munícipe tem direito a 5G, prioridade no Orçamento do ano seguinte. Todo mundo participa, o CPM, vem fazendo um trabalho muito forte para tentar trazer os problemas da cidade para a plataforma Participe Mais, os munícipes vão lá, participam, e aí quando chega nas devolutivas, que também é uma devolutiva pós-envio da proposta pelo Executivo, que já é outro processo que também precisa ser reformado, é uma possibilidade de contrarrazão, é um absurdo. Primeiro essas duas colocações.

Por último, eu peço encarecidamente a questão do recapeamento ali dentro da Cohab Adventista, que seja previsto no Orçamento de 2022. É um conjunto habitacional que já

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

está numa situação, são pessoas que já não tem muito recurso, também não podem investir muito nos seus próprios, no seu próprio patrimônio, e o poder público vai lá e abandona totalmente a questão da urbanização. Então, eu peço, por favor, que vocês prestem atenção, Srs. Vereadores, e o pessoal do Poder Executivo presente.

Só mais uma coisinha, agora perdi meu raciocínio. Então, vamos deixar assim, muito obrigada, desculpe-me, então é isso, vamos deixar assim.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O Mestre Bonde, vamos lá, você está com a mão levantada. Dois minutos, por favor, não havia se inscrito, mas vamos lá. Está na área?

O SR. MESTRE BONDE – Boa tarde a todos. O meu tempo aqui vai ser curto. Eu venho aqui reivindicar a rubrica para capoeira, para o CEU e que o Orçamento seja transparente para (Falha na transmissão) os senhores, quando se trata do dever de casa (Falha na transmissão). Então, os 3% para Cultura e também o fundo do Conselho Municipal, que precisa ser também destinado para a Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu fui bacana com você e você foi melhor ainda comigo e fiquei de bem com todo mundo aqui, maravilha Mestre Bonde. Dr. Sidney Cruz, Vereador, seguido da Vereadora Janaína Lima.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Obrigado, Presidente, primeiramente quero cumprimentar V.Exa., nossa última, nossa derradeira audiência pública, quero para aproveitar, Presidente, para parabenizá-lo pelos trabalhos realizados à frente da Comissão de Finanças. Eu como novato nessa Casa aprendi muito com V.Exa. no decorrer desse ano. Quero cumprimentar também os representantes da Secretaria da Fazenda, Samuel Godoy e o Dr. Fabiano de Oliveira, Dr. Marco Túlio, representante do Tribunal de Contas do município, a nobre Vereadora e relatora do PPA, Janaína Lima, minha colega, Isac Felix passou por aqui hoje, teve que sair, porque é membro de uma CPI que está ocorrendo neste momento.

Vereador Suplicy participou da nossa audiência, fez uma fala novamente como sempre defendendo a renda básica de cidadania, uma decisão muito importante aos invisíveis

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

do nosso país. Ele é um guerreiro e tenho certeza de que essa decisão será executada a partir de 2022. Quero cumprimentar também todos os assessores presentes, os técnicos, os representantes de movimentos, de coletivos, que estão presentes e os que nos acompanharam de forma virtual.

Ouvi atentamente a fala de todos. Do prof. Marcelo, que fez várias críticas e sugestões importantes; da Lídia Gama; do Ícaro, estudante de políticas públicas; da Maria Angélica, representante de movimentos sociais e culturais, lá da região do Butantã. Ouvi também José Maria, representando as danças, os movimentos de dança da nossa cidade; Gustavo Pellegrini; a Cecília, aliás, muitos que falaram aqui trouxeram temas que são corriqueiros nas nossas reuniões, não é, Pirata: os 3% do Orçamento, 50% da ponte para lá, para as nossas franjas, para as nossas periferias, uma luta antiga que é o Conselho Municipal da Cultura.

Ouvi o Alessandro Menezes, que falou também da falta de funcionários na Secretaria Municipal de Cultura; Osmar Araújo, que falou das casas de cultura, da necessidade das casas de cultura nas nossas periferias, e fez uma pontuação com relação da necessidade de três casas de cultura na zona norte, também falou sobre o Conselho Municipal, a falta do Conselho Municipal.

A Flávia Pires, que falou da falta de políticas públicas para enfrentar a gordofobia e ressaltou que 56% da população brasileira é composta por pessoas gordas e chamou atenção para o índice de suicídio de pessoas gordas no nosso país, não só na cidade de São Paulo. A Nana Roots falou da execução do Orçamento, do congelamento. O Mauro Claro, que trouxe um tema muito importante da revitalização das nossas favelas, do déficit habitacional que assola o nosso povo da periferia. Ouvi atentamente o Mauro Claro, que é lá da região da Pedreira, Cidade Ademar, que trouxe aqui, falou do único Parque público daquela região, Pedreira e Cidade Ademar, que é o Sete Campos, uma região, e até peço para o senhor voltar lá no Sete Campos, para tentar me ajudar nessa construção, nessas melhorias. Levamos várias atividades esportivas para dentro do Sete Campos. Estamos atendendo a melhor idade com ginástica, com zumba, implantamos basquete, aulas de basquete gratuitas, escola de futebol, de forma gratuita.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

Conseguimos firmar um convênio com a Confederação Paulista de Boxe, teremos um projeto de boxe lá dentro do Sete Campos. Também compartilho e comungo da mesma vontade de ver o Sete Campos um parque do Ibirapuera da nossa quebrada. Sei que V.Sa. é um ativista social, ambiental. Sei do déficit de equipamentos públicos, especialmente, na região da Pedreira, de Cidade Ademar.

Temos um projeto que deve ser executado, que é a Casa de Cultura da Cidade Ademar, mas precisamos pontuar da necessidade da Casa de Cultura da região da Pedreira. Quando falamos da Subprefeitura de Cidade Ademar, Pedreira, infelizmente as contemplações anteriores foram mais voltadas para região de Cidade Ademar, precisamos avançar com políticas públicas em Cidade Ademar, mas precisamos compensar o território da Pedreira com relação a esse déficit.

Ouvi atentamente o contramestre Palito, que é um guerreiro, que sofreu alguns dissabores na Secretaria Municipal de Cultura. Venho acompanhando a apuração desse processo administrativo, Palito, e você pode ter certeza de que, no que depender deste Vereador que nos fala, vamos cobrar que os responsáveis sejam severamente punidos. E falando da capoeira, você, com muita propriedade, trouxe o tema da capoeira nas escolas, que é um projeto de lei que depende de um projeto complementar do executivo, orçamento destinado para que essa lei não fique apenas no papel. Esse é o nosso grande desafio. Falou também da Casa de Capoeira. Quero te falar que estou lutando para construir um capoeiródromo dentro dos sete campos, viu? É uma região em que precisamos fazer com que a população do entorno tenha o sentimento de pertencimento daquele espaço, que é um espaço imenso e, como disse na minha fala, o único espaço público como parque da nossa região.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Muito obrigado pelo convite. Encaminho-me para o final da minha fala por conta do horário. Temos, daqui a pouco, uma reunião antes da sessão ordinária e das extraordinárias que teremos. Quero novamente parabenizar o nobre vereador Jair Tatto, todos os movimentos culturais da cidade de São Paulo e principalmente os ativistas que

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

participam de quase todos os atos dessa Casa. É uma pena que até hoje vocês não foram devidamente reconhecidos. Essa é a minha luta ao lado de vocês. Muito obrigado, Presidente. Essas são as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quero registrar que o Vereador Dr. Sidney Cruz tem sido um defensor das periferias desta cidade, de onde ele vive e por onde se elegeu. Quero dizer que foi, como eu poderia dizer? Se eu disser "grata surpresa" estarei me colocando como muito grande nesta Casa; mas V.Exa. chega com uma leitura e com uma linguagem do povo pobre e simples da periferia, e registro que isso tem se dado em todas as suas ações nesta Comissão de Finanças e na Subcomissão de Cultura. Eu diria que o seu povo está muito bem representado por V.Exa.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – V.Exa. me permite? Antes da fala da Vereadora Janaína, só queria dar um informe, que esqueci. Quero agradecer pelas palavras de V.Exa. e falar para os movimentos capoeiristas da cidade de São Paulo que teremos dois grandes eventos: dia 4 de dezembro teremos os II Jogos Abertos das Mulheres da Garoa, fruto de uma emenda que encaminhei, um grande evento exemplo, para o qual estão todos convidados. É um coletivo capoeirista feminino. E dia 11 de dezembro teremos o Vadeia Sampa. Estão todos convidados. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a nossa querida relatora do PPA.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Obrigada, Presidente. Cumprimento V.Exa., os colegas Vereadores, os munícipes que estão aqui nos acompanhando de forma presencial e os cidadãos que estamos acompanhando de forma virtual. Também estendo esses cumprimentos aos meus eleitores da cidade de São Paulo.

O calor da votação de um dos projetos mais polêmicos desta Casa, que foi a reforma previdenciária, que representa um remédio amargo mais foi necessário e que a gente vê o resultado nessa peça orçamentária que discutimos nesta data, propiciou a eclosão de episódios lamentáveis que nos enredaram como um turbilhão, mas que devemos superar em nome dos nossos compromissos e das obrigações como vereadores. Então, é em nome desses

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

compromissos que venho a este microfone para retomar a discussão desse importante tema para nossa cidade.

Antes de falar propriamente do PPA e da minha relatoria, gostaria de fazer uma reflexão. Política se faz com vigilância constante, e os debates aos quais nos dedicamos são no geral sobre questões difíceis e que provocam divergências, mas que, nem por isso, devem ser adiadas ou não postas de lado. Ao contrário: tudo o que diz respeito ao Município e implica melhoria da qualidade de vida do cidadão deve ser e é prioridade para nós desta Casa. A Cidade é o nosso lar, e o Município é fundamental para a administração da Federação. Uma das questões que me preocupam porque afeta a vida das pessoas é a capacidade limitada que os municípios possuem de fomentar investimentos em áreas tão necessárias como infraestrutura, que hoje já são muito baixos na cidade de São Paulo. No entanto, em outros municípios, chegam a zero ou alcançam a monta de saldo negativo.

Essas reflexões são importantes para pensarmos políticas de Estado e trazermos justiça e inclusão social para o Município, e essas são grandes inovações nesta peça orçamentária do PPA. Por isso, quero agradecer a esta Comissão de Finanças por ter me colocado na função de relatar este PPA. Agradeço a V.Exa., Presidente Jair Tatto, por ter me colocado nessa função difícil, e também agradecer aos meus Pares, os Vereadores presentes. Inicio saudando o Vereador Sidney Cruz, Sub-relator do PPA na cultura, uma grande revelação desta Casa, um vereador comprometido com seus valores. É importante destacar algo de bastidores: sempre que Sidney Cruz é indagado sobre o que ele gostaria, tanto da Casa como do Governo, sua resposta é sempre a mesma: que se levem investimentos e desenvolvimento para as regiões da periferia. Isso mostra o selo que V.Exa. traz aqui a esta Casa e a renovação que V.Exa. representa.

Cumprimento o Vereador Isac Felix, que aqui esteve presente, amigo de longa data, assim como cumprimento o vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, que alcançou nesses tempos uma grande mudança em termos de políticas sociais, como a última decisão que o Supremo Tribunal Federal conferiu.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

Gostaria também, Vereador Sidney Cruz, de, em sua pessoa, estender os cumprimentos à nossa Secretária Municipal Aline Torres, uma negra que tem trazido uma visão de justiça social para dentro da pasta, a qual desejo que receba o meu carinho e o meu cumprimento.

O PPA é uma peça que planeja, uma visão que perpassa várias gestões. E essa peça orçamentária normalmente é negligenciada. Mas São Paulo tem um comando diferente, e estamos trabalhando para qualificar esse debate nesta Casa. Então, inicio parabenizando a Prefeitura e sua equipe técnica por todas as inovações trazidas neste PPA. Eu e minha equipe temos acompanhado cada uma das reivindicações, considerações e dúvidas ao longo dessas audiências públicas, e gostaria de destacar alguns dos pontos aos quais estou atenta, entre os quais a compatibilização entre as peças orçamentária e de planejamento.

Vimos o Professor Marcelo trazer a esta audiência um pouco dessas reflexões. O PPA, que é o Plano de Metas, é uma peça que precisa dialogar com a Lei Orçamentária Anual dos anos seguintes e do presente e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias que anualmente chega a esta Casa.

É importante também fazermos uma análise das vinculações de gastos e trazer também o monitoramento da qualidade desses indicadores utilizados não apenas para monitorar o processo, mas é importante também monitorarmos os seus resultados, as prioridades elencadas na plataforma do Participe Mais. É lá que representa a voz da população e é o momento em que as prioridades ali elencadas representem a voz do povo que aqui representamos. Falo é trazermos considerações do setor acadêmico.

A Prof. Ligia brilhantemente trouxe várias considerações e estão presentes aqui nesse relatório. É importante também considerarmos a visão dos órgãos do controle.

Assim preparei uma breve exposição para apresentar para os senhores os principais pontos desse PPA.

Então, sempre há uma pergunta recorrente, toda vez que façamos uma apresentação desse instrumento orçamentário. As perguntas perguntam: “Afinal, o que é o Plano Plurianual?”

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

São metas de médio prazo para a Administração Pública e é importante aqui destacar que ela tem vigência do primeiro ano do mandato do Governo eleito com duração até o mandato seguinte. Então, ela tem uma função transversal no alcance das gestões municipais.

Aqui a gente trouxe a matéria, mas foi amplamente debatida tanto Sr. Secretário da Fazendo quanto pelos outros representantes da Administração Pública. Eu só vou falar de uma forma breve, sobre induzir a retomada econômica social nesse contexto de pós-pandemia - isso é muito importante - e trazendo a visão dos ODSs, como uma grande diferença para buscar, compatibilizar as ferramentas de planejamento à realidade do momento em que o País vive. Há seis eixos programados, com 477 indicadores, sendo que 142 deles são para monitorar os programas, bem como 335 para o monitoramento das ações orçamentárias.

Então, assim percebemos pelos eixos aqui destacados que se pretende induzir uma retomada econômica social nesse contexto de pós-pandemia, e, nesses seis eixos formados por esses programas, vinculando aos objetivos respectivos e o que representa 514 ações orçamentárias. O acompanhamento será realizado a partir de 477 indicadores, sendo que 142 sal para monitoramento desses programas e 335 para o monitoramento das ações orçamentárias.

E esses eixos programáticos visam trazer uma São Paulo justa e inclusiva, focando numa rede de proteção ao cidadão e redução da vulnerabilidade, São Paulo segura e bem cuidada, focando em construir uma Cidade acolhedora, São Paulo ágil, focada em construir melhorias no sistema de transporte e mobilidade, SP inovador e criativa, focando em fortalecer a Cidade como polo de inovação e dinamismo econômico. Afinal, esta é a Cidade, é a locomotiva do País, SP global e sustentável, o que busca trazer o foco na sustentabilidade ambiental e SP eficiente, focando na transparência e no fortalecimento da Administração Pública.

Vamos ao primeiro *slide*. Ele foi amplamente apresentado pela secretaria com seus pontos.

Próximo. Esse *slide* demonstra que as receitas previstas no PPA são confrontadas com os valores executados no PPA anterior. Aqui eu expliquei as diferenças dessas peças

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

orçamentárias que eu havia destacado no início. As peças orçamentárias precisam dialogar. Há o PPA que faz o eixo programático de médio prazo dos próximos quatro anos e a LDO, que recebemos como as regras, as diretrizes para o orçamento que será votado, a LOA, que também é objeto dessa audiência pública. Esse *slide* demonstra que as receitas previstas no PPA confrontam com o que foi executado no PPA anterior.

Próximo. Aqui cada número representa bilhões. Então, aqui demonstra a fonte dos recursos e das secretarias e os valores previstos no período. Vamos aqui olhar uma despesa, o fundo constitucional da Educação. Em 2022, estão previstos seis bilhões e, em 2023, seis bilhões, em 2024, seis bilhões e, em 2025, seis bilhões também. Assim os senhores conseguem entender como está o funcionamento, a previsão orçamentária que gera em torno, que começa em 2022, com a previsão de 79 bilhões e, em 2025, há a previsão do orçamento da Cidade de São Paulo, estando em 90 bilhões.

Próximo. Nesse *slide*, a gente consegue perceber como foi definida a distribuição desses recursos e entre os programas de cada período.

Próximo. Nesse ano, acredito que tivemos uma grande inovação incrementada na PPA, a elaboração do índice de distribuição regional do gasto público. Essa metodologia vai possibilitar, distribuir os investimentos para ampliar a oferta de políticas públicas em cada subprefeitura, priorizando áreas vulneráveis e com menor infraestrutura. Como destaquei aqui no início da minha fala, quanto ao baixo potencial de investimento, esta Casa aprovou algumas operações de crédito e é o que vai possibilitar que a Prefeitura de São Paulo tenha, ao menos, cinco bilhões de investimentos sendo aplicados a partir desse método. Então, isso é uma grande inovação que a Prefeitura Municipal de São Paulo apresenta aqui nesta Casa para o PPA desse próximo período.

Próximo. Aqui a gente consegue enxergar a distribuição do orçamento da Cidade. A gente verifica que grande parte desses recursos estão alocados em mais de uma região. Por isso, a gente percebe essa rubrica denominada Supra-Subprefeitura, que é o primeiro item ali da planilha.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

Então, quando a gente percebe que o orçamento dessa Supra-Subprefeitura é muito maior do que as demais subprefeituras exatamente por isso. É importante a gente pensar neste momento como pode estar fazendo monitoramento dessa execução, para que ela seja mais clara e a gente saber onde, de fato, vai o recurso público.

Então, nesse item, precisamos entender, além de entendermos a metodologia dessa classificação, por exemplo, no caso do asfalto na Marginal Tietê ou Pinheiros. O trajeto ultrapassa várias subprefeituras. Se a gente pegar, ao longo das marginais, ela perpassa e percorre todas as principais subprefeituras da Cidade, e o que inviabiliza a identificação de qual é a subprefeitura responsável ou que deveria alocar ou receber esse recurso. Então, essa denominação de Supra-Subprefeitura vem realmente para atender casos como esse e, assim, nós podemos pensar como é que podemos identificar, neste primeiro momento, e como nós podemos melhor detalhar na execução orçamentária, porque, no processo de liquidação de recurso público, isso acaba ficando inviável.

E eu gostaria ainda de dizer, depois de ouvir o Professor Marcelo, que eu e minha equipe gostaríamos muito de recebê-lo. Eu acho que o ponto que ele trouxe é porque acredita que, nesse processo, a participação da sociedade ficou prejudicada. E o que nós vimos foi exatamente o contrário: houve muita participação. Essa Comissão aqui se debruçou nisso e nós estamos até agora ouvindo a população, então, por isso e também porque sempre foi assim esse processo. Não mudou por conta da pandemia e eu acho que a participação presencial dos munícipes, claro que diminuiu em função do momento que estamos vivendo, mas a Casa tem cumprido esse papel com essas audiências híbridas, fato que faculta àquele que deseja estar presente que esteja presente.

Portanto, quero cumprimentar V.Exa., Presidente, por possibilitar isso, o que acho ser muito importante destacar.

Vejo aqui também a fala do Ícaro, que nos trouxe a falta de indicadores sobre o Programa 3014, que é referente às atividades da Câmara, do Legislativo. E eu gostaria de tranquilizá-lo, pois nós estamos propondo, sim, indicadores de acompanhamento para esse

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

programa e que já estamos abrindo um diálogo produtivo com o Tribunal de Contas. Como aluno do Professor Marcelo quero parabenizar você e todos os seus alunos que vieram aqui participar, engrandecendo esse debate.

Quero ainda destacar a participação do Gustavo, do Observatório do Orçamento, que já veio na Comissão de Finanças apresentar o seu projeto de Observatório das Finanças Públicas da cidade de São Paulo e, mais uma vez, destacar a importância deste projeto para que todos os munícipes possam entender, por ser de grande complexidade o Orçamento e, muitas vezes, fica difícil mesmo a compreensão, e o trabalho do Gustavo vem exatamente ao encontro dessa dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Eu preciso que V.Exa. conclua, porque senão não terminaremos as tarefas do dia.

A SRA. JANAÍNA LIMA - Estou encerrando, Sr. Presidente.

Com isso, percebemos que, analisando a Peça Orçamentária do PPA e fazendo aqui uma analogia com todos os municípios paulistas, porque se a maior cidade de São Paulo tem todos os desafios, percebemos que 86% dos municípios paulistas estão com seus orçamentos comprometidos, seja por dívidas, seja em folhas de pagamento, previdência de servidores, precatórios, e também com empréstimos junto à União e ao Estado. Portanto, uma situação que é insustentável e que impacta negativamente frentes vitais como Educação, Saúde e Cultura.

Aliás, aproveito para cumprimentar todas as pessoas do Movimento de Cultura. Vocês são um exemplo de mobilização e engajamento e que estão aqui, apresentando de forma democrática as reivindicações de vocês.

E como é que podemos prover recursos públicos para serviços públicos de qualidade na cidade de São Paulo? Nós precisamos rever o formato de partilha tributária atual, o que faz com que a arrecadação, ao contrário do que se diz, ou se espera, beneficie mais a União e os estados, em detrimento dos municípios.

Se formos olhar a análise do Orçamento da União, do ano passado, somente 39% de tudo o que foi arrecadado chegou aos municípios e aos estados. Então, São Paulo, o Estado

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

de São Paulo, a cada 11 reais que entrega para a União recebe um real. Por isso que eu sempre defendi o equilíbrio das finanças públicas para melhorar a gestão das cidades e fomentar a boa administração.

A transparência no uso e emprego dos recursos públicos, que são medidas vitais. Só gastando bem terem os recursos para a execução dos serviços ao que o cidadão tem direito. Não é utopia buscar a felicidade. O princípio foi inspirado na Declaração de Independência Americana. Isso é objeto da proposição constitucional, nos termos da PEC 19/2012 que acrescenta ao artigo 6º da nossa Constituição Federal, Carta Magna, a palavra 'felicidade'. Precisamos ter coragem para enfrentar as diversidades e lutar pelo que acreditamos. Por uma Cidade mais justa. Por um Brasil mais justo. Pela distribuição mais equânime da riqueza gerada. Façamos isso acontecer. Vamos juntos. Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Vereadora Janaína. Vamos aqui agradecer ao Rafael, que é nosso intérprete de Libras. Obrigado. Tinha até uma companheira que estava até há pouco. Por favor, me passem o nome para que eu possa também agradecer.

O Vereador Sidney acho que deixou escapar algo. Por favor, Vereador.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ - Obrigado, Sr. Presidente, quero cumprimentar o nobre Vereador e Relator da LOA, Bispo Atílio, estou vendo que está acompanhando virtualmente a nossa audiência. Eu cometi um ato falho, pedi ao Sr. Presidente a palavra, gostaria de parabenizar a nossa Presidente da Subcomissão de Cultura, que é a Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, que fez um trabalho brilhante durante este ano à frente dessa Subcomissão. Era isso. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Ok. Obrigado aos intérpretes de Libras que estiveram conosco: Samuel, Vanessa, Rafael e Bárbara.

E, agora, na ordem, e antes de passar ao nobre Relator e aos demais colegas para fazerem suas considerações finais, quero agradecer à equipe do CTI, o Emerson, Rodrigo, Alexandre, Sidney, Mario, Fernando e Márcio. Mais uma vez obrigado por toda essa paciência conosco e parabéns pela condução.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

Passo a palavra, nesse momento, ao nobre Relator Vereador Atílio Francisco.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO - Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade para agradecer a todos que participaram, Fabiano, Tiago, Samuel, todos os que falaram, a todos que apresentaram as suas demandas, os seus planos e objetivos. Meu papel sempre não é falar, é mais ouvir. E nós ouvimos. Já temos todas as informações necessárias para podermos dar andamento no nosso relatório e, com certeza, mais uma vez, é o trabalho da Comissão de Finanças e Orçamento, dos Vereadores todos que compõem a Comissão.

E, claro, não posso deixar de parabenizar V.Exa. que tem sido muito cuidadoso, muito atento a tudo e a todas as apresentações. E, principalmente, a esse trabalho fantástico que foi feito nas audiências públicas realizadas na Câmara Municipal. Parabéns a todos. Queremos já ter e, com certeza, na primeira semana de dezembro, já teremos o relatório pronto, aprovado e à disposição para ser debatido na Câmara Municipal e, também, colocado à apreciação de todos que o tem acompanhado.

Tenho certeza de que a resposta do nosso trabalho será de acordo com tudo que foi feito. Claro que nós gostaríamos de atender tudo e a todos que eu mesmo tenho acompanhado, ano após ano, nesse meu sexto mandato, e tenho acompanhado atentamente as reivindicações da população, das associações e uma das partes que mais participam de plenárias e audiências públicas que tratam a Peça Orçamentária é realmente a Cultura, e o Poder Público Municipal tem dado respostas a muitas coisas importantes desta área, que teve um acréscimo no orçamento de 19 a 20%, fruto do trabalho e da luta desse grupo, dessas pessoas que trabalham com cultura na nossa cidade. Isso não é um benefício do Poder Público ofertado à classe da cultura, são conquistas que, ao longo dos anos, ela vem alcançando através de um trabalho árduo, de uma participação constante, sempre de forma democrática, apresentando tudo o que é necessário para que essa Pasta seja realmente contemplada na nossa cidade.

Mais uma vez, agradeço a todos a participação, muito clara em suas falas e imposições. O nosso gabinete, no décimo andar, sala 1010, está à disposição para quem quiser falar comigo ou com a minha assessoria. Estamos à disposição para fazer com que essa Peça

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

Orçamentária esteja verdadeiramente de acordo com tudo aquilo que foi discutido nas audiências públicas. Agradeço também à Secretaria Municipal da Fazenda, que tem dado uma atenção muito especial a nós nesse aspecto.

Estamos à disposição, Presidente. Um abraço a todos que participaram.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Vereador Atílio Francisco. Então, de preferência, que sejam entregues sugestões ao relator até o dia 31, no máximo até o dia 2.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Sr. Presidente, só para cumprimentar o relator da LOA, o Vereador Bispo Atílio, querido colega e batalhador pelos direitos dos munícipes da nossa cidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem.

Agora eu acho que o Dr. Fabiano já poderia começar suas considerações finais, cujas respostas nós prometemos dar no Orçamento. Será que nós conseguiremos gastar, Dr. Fabiano, os 11 bilhões que estão no caixa? Se não forem gastos, no ano que vem, atenderemos essas demandas extraordinárias e bem debatidas aqui por todos que participaram, especialmente pelos munícipes da cidade de São Paulo.

Tem a palavra o Dr. Fabiano.

O SR. FABIANO DE OLIVEIRA MARTINS – Sem dúvida, Vereador Jair, a nossa expectativa é sempre alcançar a máxima efetividade no gasto. Ninguém da Prefeitura fica satisfeito com dinheiro em caixa e, obviamente, nós da Secretaria da Fazenda preferimos que os recursos sejam aplicados da melhor forma possível, assim como pensa e já expôs V.Exa. e acredito que seja também o pensamento de todos aqui.

Para finalizar, agradeço a presença ao Vereador Atílio Francisco, a quem agradeço as gentis palavras dedicadas à nossa equipe e, em nome do Secretário Guilherme, mais uma vez agradeço a oportunidade de mais uma vez debater o Orçamento. Agradeço ainda a Vereadora Janaína Lima pela apresentação e pelo trabalho à frente do PPA. A nossa equipe está à disposição de V.Exa. para debater e para qualquer tipo de entendimento que se fizer necessário.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

Eu fiz algumas anotações sobre tudo o que foi falado aqui e eu inicio pela pergunta do Vereador Jair sobre onde aplicar os cinco bilhões de reais que estão dentro do índice proposto no projeto de lei. A ideia do Prefeito Ricardo Nunes, também defendida por nós, é que, já que esses gastos estão dentro da esfera discricionária, nós entendemos que é mais oportuno e melhor aguardar o momento de aplicação do gasto ou pelo menos um período para que nós possamos verificar a realidade do momento, porque todos nós sabemos que, às vezes, a realidade da Cidade se mostra diferente no momento do planejamento. Por isso, nós deixamos essa especificidade dos gastos para o momento da execução orçamentária, um dispositivo que nós colocamos no projeto de lei e que nós até poderemos debater com a Vereadora Janaína e na Comissão de Finanças também, como V.Exa. preferir.

Como bem apontou o Vereador Suplicy em relação à Renda Básica, sim, nós também acompanhamos a decisão do Supremo, que, obviamente, é voltada ao Orçamento do Governo Federal, para que ele faça a aplicação dos recursos da Renda Básica – na verdade, tratado com outro nome, mas esse é o espírito – sem prejuízo de que, primeiro, nós busquemos no Governo Federal a forma de como isso vai ser realizado; se de forma descentralizada, que isso também passe pelo Orçamento Municipal. Sem sombra de dúvidas, se for necessário que isso seja implementado no Orçamento Municipal, será feito pela Prefeitura.

Diversos apontamentos foram relacionados à Cultura ao longo desse caminho de debate nas audiências relacionadas a todas as políticas públicas finalísticas da Prefeitura, muito bem conduzidas pelo Vereador Jair Tatto, a quem parabenizo pelo trabalho. Nós acompanhamos todas as audiências, e o fato é que esse debate envolveu todos os Secretários e todas as Pastas que trabalham a política pública na ponta. Todos os apontamentos que foram feitos hoje também foram feitos naquela oportunidade, a fim de que a Câmara Municipal de São Paulo pudesse aproveitá-los na construção da proposta que virá a se tornar a Lei Orçamentária para o Orçamento seguinte e para que as Pastas pudessem incorporá-los na execução do seu orçamento.

O professor Marcelo tratou de um ponto interessante que também foi tratado pela

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

Vereadora Janaína, que é a questão dos prazos de entrega das Propostas Orçamentárias. Eu também faço coro com o que foi dito, pois seria muito importante e muito bom se nós pudéssemos primeiramente debater o planejamento de longo prazo para só depois nós tratarmos dos planejamentos mais operacionais. Eu não tenho dúvidas disso, mas esse é um assunto que extrapola o âmbito do Município de São Paulo e é tratado na Constituição Federal na LRF. Então, é um assunto que precisa se discutir em âmbito nacional. Eu não sei se o professor teve a oportunidade de, na prática, trabalhar na construção da LDO, da LOA e do PPA. Eu trabalho nessa área desde 2000, quando a LRF foi criada e, desde aquela época, eu digo o que S.Sa. e a Vereadora Janaína disseram, de que é importante que o planejamento seja discutido antes. Mas, claro, sabendo que isso não ocorre normalmente, que as Peças não são construídas, pelo menos no âmbito Executivo, dessa forma. Em termos práticos, o PPA é trazido à Câmara, juntamente com a LOA, em setembro, mas não é construído no Executivo nesse período; é construído lá atrás, desde antes de se pensar na construção do Orçamento.

Eu quero avançar muito em todas as demandas pontuais que foram feitas. Acredito que tudo esteja apontado e apresentado já também para a Câmara Municipal de forma a trabalhar o substitutivo que, eventualmente, pode abarcar essas demandas que são importantes.

Só queria apenas dizer, só para não deixar dúvidas, na minha fala inicial quando eu falei sobre a execução do orçamento ser importante, não estava dizendo aqui que não se deve pedir mais orçamento. Apenas dizendo que a gente...Assim, o pedido por mais orçamento é salutar e é importante, faz parte do processo democrático. Eu louvo as atitudes de quem vem até esta Casa e faz esse pedido e defende essa luta. Mas eu disse também que não é apenas pedir por mais, mas precisamos também pedir para execução do orçamento.

Alguém, ao longo do debate, falou a respeito da Secretaria da Fazenda que congela o orçamento e como vamos executar todo o orçamento. Claro, o congelamento é necessário para equilíbrio das contas públicas, mas além disso a gente fala da execução do orçamento que está disponível nas pastas e não do orçamento global, mas aquela parcela do orçamento que não foi congelada e que muitas vezes não é executada na sua integralidade. Era sobre isso que

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

estava falando apenas.

Mais uma vez, parabenizo a todos pela luta e pela disposição em conseguir um espaço maior dentro do orçamento da Cidade para defender políticas públicas que são importantes para a Cidade, como é a Cultura, a Educação, Esporte, Meio Ambiente, apenas para citar algumas que foram tratadas nesta audiência, mas também as demais em todas as outras áreas.

Farei uma referência àquilo que o Thulyo colocou a respeito dos apontamentos do Tribunal de Contas. Quero parabenizar o Thulyo e a equipe dele pelo trabalho na avaliação da LOA. É sempre muito importante contar com esse trabalho dessa auditoria concomitante do Tribunal de Contas.

Quero dizer também que recebemos o processo de auditoria, já formulamos todas as respostas e hoje ainda deve retornar com a nossa posição, o nosso entendimento acerca dos apontamentos do Tribunal.

Agradeço também as oportunidades de melhorias que foram colocadas no processo de auditoria. A gente trabalha no sentido de sempre melhorar, dar mais transparência orçamentária e a gente, no mais possível, vai acolher aquilo que Tribunal colocou como oportunidade de melhoria.

Em relação aos apontamentos e até em relação às oportunidades de melhoria também, quero citar apenas alguns pontos como o erro no quadro da operação de crédito, a questão da referência do artigo 20 e artigo 19. Nós tivemos reuniões com o Vereador Atílio, a quem agradeço o diálogo e o debate. É sempre muito importante essa conversa e é a base para que a gente estruture o orçamento cada vez melhor. Já tratamos dos ajustes necessários, incluindo os apontamentos do Tribunal.

Em relação às contrapartidas da operação de crédito, em que pese o Tribunal ter feito o apontamento de que a gente não tenha colocado, mas indicamos na Peça Orçamentária onde estavam as contrapartidas.

Em relação à obrigação patronal, nosso entendimento é muito claro que a obrigação

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

patronal da Saúde e Educação não é função Saúde, não é função Educação, é função Previdência Social e é por isso que estão nos encargos gerais. A gente explica isso com mais detalhes nas respostas ao Tribunal de Contas. Mas entendemos que a obrigação patronal está adequadamente classificada dentro do orçamento nos encargos gerais.

Em relação à transposição, remanejamento, esse confesso que me causou estranheza esse apontamento por duas razões. A primeira delas é que esse dispositivo, a primeira vez que apareceu no orçamento, foi por uma solicitação, salvo engano, do próprio Tribunal de Contas em 2019. Depois podemos tirar essa dúvida com o pessoal do CTEO. Um abraço ao pessoal do CTEO: Emerson, Alexandre, Sidney, Rodrigo, todo o pessoal do CTEO que nos ajuda bastante com isso. Esse dispositivo entrou na LOA de 2019 por emenda. Se não me engano, foi uma emenda a pedido do próprio Tribunal, mas só para o Poder Legislativo. Em 2020, copiamos para o Poder Executivo, que se mantém agora em 2021. Para 2022, mantivemos os dois dispositivos. Porém, o Tribunal apontou o artigo que fala do Executivo, mas nada falou do artigo que fala para o Legislativo. Essa é a segunda estranheza, mas a gente responde sobre isso com mais detalhes no processo de auditoria.

Sobre as renúncias de receita, já me manifestei na minha fala inicial sobre a questão das prioridades. Seria difícil entender ou enxergar onde estão as prioridades dentro do orçamento. O Tribunal fez a citação ao parágrafo 2º, do artigo 8º, da LDO. O parágrafo 2º, do artigo 8º foi vetado. É importante dizer isso. As razões de veto explicam e estão publicadas no *Diário Oficial*.

Sobre a receita própria da SPTrans, está aberta num nível que entendemos ser o mais adequado. Para a base daquele nível de abertura de receita da SPTrans, a gente basicamente teria um desdobramento da receita da SPTrans, que basicamente são as receitas oriundas da arrecadação do sistema de transporte. Então, a abertura talvez fosse do sentido de esta aqui é a receita de Bilhete Único, esta é de Vale-transporte, esta outra é..., enfim, são desdobramentos que não entendemos necessários, mas explicamos isso e a gente está aberto ao diálogo com o Tribunal para tratar o assunto.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

Um último assunto também para falar aqui é em relação ao que o Tribunal chamou de orçamento da Seguridade Social. Isso havia sido tratado já pelo Tribunal no processo de auditoria específico do Iprem. O processo passou por nós há alguns meses. Nesse processo, o Tribunal sugeriu um grupo de trabalho que nós desenvolvemos concordando e pedindo para incluir o próprio Tribunal para a gente entender um pouco melhor o que o Tribunal pretende com a construção do orçamento da Seguridade Social. Explicando melhor, o orçamento da Seguridade Social colocado na Constituição Federal atinge três áreas: Previdência Social, Assistência Social e a Saúde. Um dos princípios que é tratado na Constituição Federal é da universalidade do atendimento. Então, quando transferimos isso ao Município, na Assistência e na Saúde, sim, temos a universalidade do atendimento. Nós atendemos todas as pessoas, o SUS e o SUAS, há universalidade. Mas na Previdência, não, porque a Previdência Municipal é apenas para os servidores municipais. Ao passo que na União, o orçamento da Seguridade Social existe até em função do regime de previdência geral e isso é universal, é para todo e qualquer cidadão. (Falha na transmissão.)

Naquela oportunidade, debater para entender melhor o orçamento da Seguridade Social e isso está colocado também como uma oportunidade de melhoria e, de fato, vamos sim, colocar na próxima LOA uma abertura do orçamento... (Falha na transmissão.)

A gente pediu essa agenda ao Tribunal naquela oportunidade para poder arredondar essa questão e, aí sim, poder trabalhar com maior clareza na constituição do orçamento de 2022 já com essa visão de Seguridade Social. Mas lembrando que no âmbito da Seguridade Social, no município de São Paulo, não respeita o princípio da universalidade. (Falha na transmissão.) ...É dos servidores municipais. (Falha na transmissão.)

Com isso, encerro a minha fala. Agradeço a oportunidade. Parabenizo pelo trabalho e colocamo-nos à disposição para a boa conclusão do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Fabiano. Estamos no crepúsculo também. Precisamos fazer a reunião. O Thulyo compreendeu que chegarão hoje as respostas. Preciso fazer a reunião ordinária de Finanças.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 14/12/2021 16:01:09.

Agradeço a todos e todas. Seguiremos em frente. Obrigado a todos, a todas e todes.

Matéria AUD 332/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 14/12/2021 e juntado ao PL 669/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=344516.